

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA  
MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

ATA Nº 001

PRESIDENTE - DEPUTADO SÁGUAS

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Em nome da augusta Assembléia Legislativa, declaro aberta a presente Audiência Pública com a finalidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher, com o tema “Outro mundo é possível com políticas de igualdade e de gênero”.

Convido para compor a mesa, a Deputada Verinha Araújo; o Deputado Zé Carlos do Pátio; a Deputada Federal Teté Bezerra, primeira Deputada Federal de Mato Grosso; o Dr. Mário Roberto Kono de Oliveira, Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Criminal da Capital; Dr<sup>a</sup> Sílvia Virgínia Biage Ferrari, Delegada Titular da Delegacia Especializada da Defesa da Mulher; a Sr<sup>a</sup> Madalena Rodrigues, Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Organização da Mulher; e o Dr. Vítor Rodrigues, Diretor do Instituto de Especialidade de Mato Grosso.

Quero dizer que tem alguns palestrantes que não farão parte da mesa, porque o nosso espaço é apertado, porém, nós estaremos, no devido momento, chamando essas pessoas para comporem a mesa também.

Também quero dizer que houve um atraso no início da Audiência Pública, porque existia uma audiência do Governador com o Fórum de Articulações de Mulheres, essa audiência estava marcada para as 10:00 horas. Foi mudando de horário até que atrasou. A maioria está chegando neste momento.

Nós queremos agradecer, também, a Sr<sup>a</sup> Maria Antônia Martins, Secretária de Assuntos Educacionais do SINTEP de Cuiabá; a Sr<sup>a</sup> Maria de Fátima da Silva, representante da subsele de Rondonópolis, SINTEP; a Sr<sup>a</sup> Maria Ferreira de Souza, Presidente do Conselho de Projeto de Assentamento Forquilha Rosário Oeste; a Sr<sup>a</sup> Míriam Petrenko, Secretária de Mulheres do PT; a Sr<sup>a</sup> Salime Marques, representante da Secretaria de Cultura do Estado; a Sr<sup>a</sup> Lílian Araújo de Oliveira, membro do Conselho Estadual da Mulher; a Sr<sup>a</sup> Glória Maria Munhoz, Coordenadora do Grupo de Saúde Popular e Fórum de Articulação das Mulheres de Mato Grosso; a Sr<sup>a</sup> Elis Regina, membro do Centro de Organização de Defesa da Criança e do Adolescente de Cuiabá; a Sr<sup>a</sup> Maria Dulce, Coordenadora da Escola de Formação para a Cidadania; a Sr<sup>a</sup> Carmem Melo de Castro, Associação de Mulheres; a Sr<sup>a</sup> Josefina Malacarne, funcionária do Centro da Pastoral do Migrante; a Sr<sup>a</sup> Catarina Francisca, Sindicato dos Professores; a Sr<sup>a</sup> Lizanir Patrocínio Pereira, Sindicato dos Professores; a Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida Machado Borges, Sindicato dos Professores; a Sr<sup>a</sup> Anelice dos Santos Leite, Professora; Jucileide Maria Klimaschewsk Rondon, do TRT.

Agradecemos a presença das professoras da Escola Djalma Ferreira de Souza, de Cuiabá; dos professores da Escola Ana Teresa, de Chapada dos Guimarães; da Sr<sup>a</sup> Márcia Regina Crestane, Presidente da Associação Rondonopolitana dos Catadores e Recicladores de Lixo; da Sr<sup>a</sup> Valdete Marques, enfermeira da Escola de Saúde Pública, SESI de Mato Grosso; da Sr<sup>a</sup> Dalete Soares de Souza, Presidente do Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande; da Sr<sup>a</sup> Rosa Maria da Silva Faria; representando a subsele do SINTEP de Paranatinga; da Sr<sup>a</sup> Takako Kobayashi,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Pastoral do Migrante; da Sr<sup>a</sup> Ana Lúcia Alves de Souza, aluna de mestrado da UFMT; e da Sr<sup>a</sup> Luciana Moraes Ferreira, aluna de mestrado da UFMT.

Convidamos para fazer parte da mesa a Sr<sup>a</sup> Vera Lúcia Bertolini, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher.

Agradecemos a presença da Sr<sup>a</sup> Tereza Rios, Coordenadora de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso-FETAGRI; da Sr<sup>a</sup> Terezinha Batista das Graças Dias, Secretária Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Novo do Parecis; da Sr<sup>a</sup> Eliziane Aparecida da Rosa Braitbach, Presidente da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Novo Horizonte do Norte; da Sr<sup>a</sup> Josefa Cristina Gomes, Tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores de Porto dos Gaúchos.

Composta a Mesa, convido todos a se colocar em pé para cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É TOCADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Nós requeremos esta Audiência Pública em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Este também é o ano nacional da mulher, com o tema “outro mundo é possível com políticas de igualdade de gênero”.

Esta audiência pública também tem o objetivo de começar a discussão, além da comemoração do Dia Internacional da Mulher, os preparativos, para a Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que terá como objetivo propor diretrizes para a fundamentação do plano nacional de políticas para as mulheres. Hoje, nós temos, a partir do Governo Lula, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Então, essa Conferência dar-se-á a partir de três eixos básicos: análise da realidade brasileira, social, econômica, política, cultural e desafios para a construção da igualdade; avaliação das ações de políticas públicas, desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de Governo, frente os compromissos internacionais, acordos, tratados, convenções e proposições de diretrizes da política nacional para as mulheres, numa perspectiva de gênero, apontando as prioridades dos próximos anos.

Eu vou ler aqui uma poesia de Ilma Ranauro.

“Descompasso de uma mulher

Me querem mãe e me querem fêmea.

Me querem líder e me fazem submissa.

Me fazem omissa e me cobram participação.

Me impedem de ir e me cobram a busca.

Me enclausuram nas prendas do lar e me cobram conscientização.

Me podam os movimentos e me querem ágil.

Me castram o desejo e me querem no cio.

Me inibem o canto e me querem música.

Me apertam o cinto e me cobram liberdade.

Me impõem modelos, gestos, atitudes e comportamentos e me querem única.

Me castram, me podam, falam e decidem por mim e me querem plena e absoluta

Que descompasso!”

Dando continuidade a esta Audiência Pública, ficarão abertas, a partir de agora, as inscrições junto ao Cerimonial para quem quiser fazer intervenção, após a palestra dos componentes da Mesa. Algumas pessoas, como já disse, não fizeram parte da Mesa devido ao espaço ser um tanto quanto acanhado.

Então, a partir deste momento, ficarão abertas as inscrições para quem quiser fazer intervenção após a explanação dos palestrantes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Os ilustres palestrantes disporão de cinco minutos para as explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Nós vamos procurar assegurar esse tempo aí, porque são muitos palestrantes e depois teremos a participação do público que quer debater, porque senão a audiência vai noite adentro. Então, nós pretendemos que os palestrantes se limitem a esses cinco minutos. Nós teremos uma tolerância mínima. Eu sei que o tempo é muito curto, mas, infelizmente, há muitas pessoas para falar.

Como primeira palestrante, vamos ouvir a Sr<sup>a</sup> Madalena Rodrigues, Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Organização das Mulheres. Na seqüência, farão uso da palavra os Deputados Estaduais e a Deputada Federal Teté Bezerra.

A SR<sup>a</sup> MADALENA RODRIGUES - Boa-tarde a todas as autoridades da Mesa e a todos os homens e mulheres desta plenária que acreditam que um mundo melhor é possível. É nesse sentido que nós estamos aqui.

Se vamos falar da questão da igualdade de gênero e de políticas para os gêneros, uma das primeiras coisas que temos que ver é se estamos realmente afinados quanto ao que significa gênero.

Gêneros, numa rápida colocação, porque em cinco minutos é impossível falar, são as construções sociais que regem as relações entre homens e mulheres na sociedade. Essas construções sociais baseiam-se nas diferenças estabelecidas entre homens e mulheres, diferenças biológicas, anátomo-fisiológicas e, portanto, naturais. De gêneros, parte-se para desigualdades sociais. Pelo fato de sermos mulheres, diferentes dos homens, temos dentro da sociedade, portanto, as desigualdades de gênero. Para entendermos desigualdades de gêneros temos que partir da análise, dentro das ciências sociais, de gêneros enquanto uma categoria que parte para a análise da dominação do homem na sociedade e da subordinação da mulher. Então, se quisermos falar de política de gênero, temos que olhar quais as atribuições dentro da sociedade que são dadas aos homens e às mulheres. Fazendo esse estudo, já começamos a perceber onde estão as desigualdades.

Temos que perceber, principalmente os Deputados, a nossa Deputada, a Teté Bezerra, que é Deputada Federal da maior propriedade, que as políticas públicas têm que partir de nós, mulheres e homens, reivindicando as melhorias que queremos na sociedade, e passar pelo Legislativo, apresentando suas propostas para o Executivo mandar que elas sejam realmente colocadas em execução na sociedade, e pelo Judiciário, fazendo-as serem cumpridas.

Que bom saber que esses três Poderes estão hoje aqui... Desculpe-me, o Executivo não muito. Mas saber que estão aqui e é aqui que temos fazer nossas reivindicações...

Se olharmos dentro desta Casa, vamos perceber há quantos anos estamos aqui comemorando o Dia Internacional da Mulher. A Senadora Serys Slhessarenko era Deputada e aqui estivemos anos após anos fazendo as nossas reflexões, as nossas denúncias, as nossas reivindicações. Podemos olhar para Mato Grosso e perceber, pela situação das mulheres, que pouco avançamos nesse sentido.

Temos tentado fazer uma organização do movimento de mulheres, uma articulação das mulheres de Mato Grosso. Nós nos sentimos muito fragilizadas, principalmente quando temos que atrasar aqui uma sessão pública que está marcada há vários dias, porque o Governador tinha feito um compromisso de atender às 11:00 horas, mas vai atender a uma hora da tarde. Atendeu assim porque as mulheres têm sempre o que pedir, o que sempre reivindicar, porque nós queremos políticas que nos atendas, que nos vejam como cidadãs? Se for por isso, nós temos que começar a rever, porque compromisso nós cumprimos, horário nós tentamos cumprir. Chegamos atrasados de uma certa forma porque as atividades são muitas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A grande maioria que nós queríamos que estivesse aqui agora não está, porque não tem condição de vir aqui, porque não tem nenhum passe para estar aqui presente. Então, o que nós queremos?

A primeira coisa que nós temos que olhar é a desigualdade, principalmente na questão da saúde. Nós, mulheres, temos saúde suficiente? Cada dia nós estamos mais com fibromialgia, com hipertensão, com depressão, morte materna, etc.

O aborto, quando nós fechamos os nossos olhos para falar que o aborto é pecado, que não pode ser discriminizado, um milhão e duzentas mulheres neste País morrem por ano vítimas de aborto clandestino. Não permitindo que as mulheres tenham uma assistência, nós estamos condenando as mulheres a morrer ou se fragilizar por “n” questões relativas a abortos clandestinos que se praticam. Na verdade, estão faltando políticas públicas de saúde.

Nós temos aqui um sistema de cotas que permite que nos candidatemos - até 30%, 30% para cada gênero. Acaba sendo para mulher porque a mulher é a parte que até agora não foi vista como ser político dentro deste País. Não conseguimos até agora atingir nem a metade, quanto mais 30%. O que nós, povo mato-grossense, homens e mulheres, estamos fazendo na questão da violência? Deputados, Deputada, saber que Mato Grosso é o terceiro Estado em violência dentro do País é uma estatística muito dura para nós, mulheres. Homicídio praticado contra as mulheres, Mato Grosso é o terceiro; o primeiro é Espírito Santo - o nome não significou nada. Espírito Santo que acuda, porque as mulheres estão sendo mortas pelos seus maridos, pelos seus companheiros.

Na questão da educação, hoje, está-se falando em quotas para a educação, quotas para negros, quotas para brancos, quotas para índios, e gostaria de saber se nessas quotas para negros, para brancos, para índios estão também às mulheres, às mulheres negras, às mulheres brancas, às mulheres indígenas, porque nós temos que ter acesso a uma educação de qualidade, gratuita e universal.

Nós mulheres estamos tendo reivindicações nesse sentido e que não são reivindicações só nossas, aqui de Mato Grosso, não são reivindicações somente do Brasil, são reivindicações mundiais. No ano que vem nós vamos ter dez anos de Beijin, a nossa Plataforma Beijin.

Deputada Teté Bezerra, será que os nossos legisladores, as nossas legisladoras conhecem a nossa Plataforma Beijin? Porque a grande maioria das mulheres, infelizmente, não conhece.

Então, nós queremos uma série de mudanças e queremos mudanças agora! E se estamos reivindicando no Ano Nacional da Mulher, nós queremos que as políticas públicas sejam colocadas agora. Não adianta ter um Ano Nacional da Mulher para falar que na mulher não se bate nem com uma flor, que a mulher é delicada, que a mulher é bonita, que a mulher merece carinho, merece atenção. Nós merecemos direitos, merecemos ser tratadas com dignidade, merecemos ser cidadãs brasileiras, merecemos que se olhe para as desigualdades de gênero dentro deste país e que legisle, que trabalhe, que julgue numa perspectiva de gênero. Quando nós falamos numa perspectiva de gênero, é o olhar diferente que temos sobre as coisas, é a consciência que temos de que fazemos parte de um mundo muito desigual e que as desigualdades de gêneros estão aí.

Temos aqui uma série de questões que gostaríamos de reivindicar, principalmente... Até as piadas, os assédios, o passar de mão, aquelas piadinhas: “Eu não sou machista, não! Mas que o lugar da mulher é na cozinha, fazendo comida e no tanque esfriando a barriga, é mesmo!”. Essas coisas desvalorizam não só as mulheres, mas desvalorizam a nossa sociedade, pois mostra o quão medíocres somos nas relações humanas. Nós mulheres queremos ter o direito de ser humanas, como o homem é ser humano. Nós mulheres também somos seres humanos. Não se tem somente o homem como ser humano. Ser humano é o homem e a mulher dentro dessa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

sociedade, e é isso que nós queremos dentro do nosso Mato Grosso, sermos mulheres humanas, termos nossos direitos humanos garantidos. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - A próxima a fazer uso da palavra é a Sr<sup>a</sup> Tereza Rios, Coordenadora de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso-FETAGRI.

A SR<sup>a</sup> TEREZA RIOS - Meu boa-tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa, através da nossa Deputada Verinha Araújo.

A realidade hoje, de nós mulheres, tanto urbanas como rurais, é uma situação que, até mesmo quando a outra que me antecedeu... Até para marcar audiência com o Governador nós somos deixadas de lado, por causa do horário.

Mas, voltando ao que eu ia falar, as mulheres do Estado de Mato Grosso, as mulheres trabalhadoras rurais, se aqui dentro da sede, se aqui dentro da nossa Capital é difícil, imaginem as mulheres trabalhadoras rurais nesses assentamentos, sem nenhuma estrutura, e nas comunidades tradicionais oriundas de Seismarias, na qual nós falamos da questão da terra, a documentação da terra. Para termos acesso à questão da previdência, à questão do crédito, tudo tem que passar pela Cidadania, pela documentação da terra. As nossas mulheres trabalhadoras rurais, de todo este Estado, estão em todas as situações com dificuldades, na saúde, na educação, no lazer, na questão dos créditos.

Nós tivemos uma Marcha das Margaridas, que aconteceu em 2003, que é uma bandeira de luta das mulheres trabalhadoras rurais, na qual fizemos reivindicações para o nosso Governo Lula, do que foi e do que está para ser atendido, e aqui tem que dar o apoio, porque não adianta nada falarmos em saúde, conseguimos recursos, e quando chega aqui no Estado existe essa falta de compromisso com as políticas para as mulheres. Nós precisamos unir, Deputados, Deputada, unir forças com as nossas entidades para que possamos, lá no meio rural, ter um olhar para essas mulheres que não conseguem acessar o crédito, mesmo quando falamos do PRONAF Mulher, que o Governo já instituiu, mas que nós não conseguimos ter acesso.

O olhar do Banco do Brasil é incrível para nós, Deputada, eles não nos vêem como uma pessoa que pode estar produzindo. E lá no campo, tudo passa por nossas mãos, toda agregação de valor da produção do campo passa por nossas mãos, quer seja fazer a farinha, quer seja fazer o queijo, cuidar das criações, fazer as compotas, fazer os doces e, mais ainda, conseguir vender esse produto é o mais complicado. Sair daquelas localidades para chegar até a sede, também é outra complicação, as questões das estradas.

A educação dos nossos filhos no campo está precária. Nós temos companheiras que vieram do Nortão, que vieram desses lugares mais longínquos. A questão do transporte escolar nessas localidades é de cortar o coração, as histórias que elas nos contam. Então, nós temos assentamentos totalmente abandonados.

Nós precisamos construir neste Governo um olhar, tem que haver um orçamento para esses locais mais distantes nessas situações. Mas precisamos pensar que é possível fazer essa mudança. Mas, se nós não tivermos um olhar para essas mulheres do campo, porque as angústias recaem sobre elas, ao cuidar de uma família lá no campo sem condições de vender sua produção, sem condições de tirar sua produção, sem condições de ver seus filhos andarem num ônibus precário, no qual já me relataram que chega a ter noventa crianças dentro do ônibus, é lamentável! É uma situação difícil, complicada!

Nós temos muitas coisas para discutir, e gostaria de fazer um chamamento para a sociedade, de que nós estamos pensando numa Marcha das Margaridas do Estado de Mato Grosso, porque nós queremos colocar mulheres urbanas e rurais para discutir todas as suas problemáticas,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

todos os seus potenciais. Nós temos uma pauta de reivindicação para este Governo. Esse é o nosso objetivo.

Eu quero agradecer as companheiras que vieram, nós temos companheiras de Novo Horizonte, longe, há setecentos quilômetros; temos companheiras do Nortão, que vieram para esta Audiência Pública e querem uma resposta dos Srs. Parlamentares. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Sr<sup>a</sup> Teresa Rios, convido-a para fazer parte da mesa.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Vítor Rodrigues, Diretor do Instituto de Especialidades de Mato Grosso - IEMT.

O SR. VÍTOR RODRIGUES - Boa-tarde a todos.

Eu estou aqui representando o Secretário de Saúde do Estado, Sr. Marcos Henrique Machado, que está em outro evento que a Secretaria está realizando também sobre o Dia Internacional da Mulher, e não pôde estar presente.

Primeiramente, cumprimento as mulheres, todas as mulheres mato-grossenses, em nome das senhoras, pelo Dia Internacional da Mulher. Eu não pude cumprimentar todas na hora em que cheguei.

Eu gostaria de falar sobre a política da Secretaria de Estado de Saúde para a saúde da mulher. Dentro da Secretaria de Estado de Saúde, nós temos a Superintendência de Atenção Integral à Saúde - SAI, e nela há uma Coordenadoria de Programas Especiais. Nessa coordenadoria, nós temos o setor da saúde da mulher, que basicamente dirige dois programas, que são o Programa da Saúde da Mulher propriamente dito e o Programa da Gestante de Risco. O Programa da Saúde da Mulher visa o quê? Ele abrange o planejamento familiar, humanização do parto, pré-natal e nascimento, a questão da violência sexual, o atendimento à mulher vitimizada, o Programa de Prevenção do Câncer de Colo de Útero e Câncer de Mama, abordagem da sexualidade na adolescência, na menarca, a fase da mulher sexualmente reprodutiva, e no climatério. Esses programas estão em prática desde o ano de 2002 e têm recurso do Estado e recurso federal.

O Programa de Planejamento Familiar visa dar acesso, a todas as mulheres, aos métodos contraceptivos, e não só evitar a gravidez, mas o planejamento familiar inclusive para aquelas que desejam ficar grávidas também, é um programa que tem essa visão.

O programa de humanização do pré-natal, parto e nascimento é um programa do Governo Federal que visa à redução da mortalidade materna e neonatal. É um programa que traz incentivo financeiro para os municípios, que administram a saúde obstétrica. Então, é um incentivo financeiro para que aumente ou haja um incremento no atendimento pré-natal das mulheres desses municípios.

O programa de violência sexual visava criar centros de referência para atendimento da mulher vítima de violência sexual e mulheres em situação em que necessitavam do abortamento legal, o abortamento previsto em lei, e foram criados dois até hoje no Estado.

O Viva Mulher é um programa de atendimento à prevenção de câncer do colo de útero e câncer de mama. É um programa que veio para dar qualificação aos recursos humanos e fornecer equipamentos para que os municípios dêem assistência adequada às mulheres na prevenção desses dois agravos.

O Programa de Gestante de Risco é do Governo Federal também e visa à qualificação de recursos humanos para atendimento às gestantes de alto risco e o fornecimento de equipamentos aos hospitais que puderem fazer esse tipo de atendimento. Engloba desde os equipamentos para UTI adulta e UTI neonatal, até medicamentos e equipamentos para avaliar a vitalidade, a condição do bebê dentro da barriga da mãe.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Esses programas dentro da Secretaria de Saúde, além de prestar assistência para os municípios, fazem parte da grade curricular da residência de saúde da família, que a Valdete, que está aqui, que era enfermeira do Programa de Saúde da Mulher na época, implantou e era professora nesse curso.

Atualmente, quais são os projetos que a Secretaria de Saúde tem em vista, que está incentivando para modificar as necessidades, diminuir os agravos que afligem tanto as mulheres do Estado? Primeiro, ela está tentando ampliar esses programas de pré-natal e combate ao câncer. Então, nós temos discutido com os municípios para tentar ampliar e fornecemos assessoria técnica para que esses municípios tenham condições de ampliar os programas dentro dos seus âmbitos.

Dentro do planejamento familiar, o nosso objetivo agora é criar um serviço de infertilidade e esterilidade, porque nós discutimos a questão da mulher que tem filho e que não quer ter mais, mas nós temos que discutir um pouco a questão das mulheres que não têm filhos e que desejam tê-los.

Outra coisa que tem sido colocada em evidência ultimamente é a questão da humanização no atendimento. A Secretaria de Saúde tem um setor que está buscando um atendimento humanizado. Nós iniciaremos isso pelo atendimento às crianças. Já existe o Projeto Doutores da Alegria, que fará atendimento às crianças hospitalizadas. Serão qualificados a mão-de-obra e os recursos humanos dentro da Secretaria de Saúde, dos municípios e dos hospitais que prestam atendimento ao SUS, para que seja minimizado o sofrimento dessas crianças. Esse programa de humanização visa ser estendido a todos os usuários do Sistema Único de Saúde.

A Secretaria de Saúde também está buscando garantir o acesso dos usuários às medicações, principalmente no caso específico da saúde da mulher, contracepção, ampliar o leque de medicamentos a que as mulheres têm acesso e, também, prevenir as DSTs e a AIDS.

Outro objetivo é tentar ampliar o número de centros que são referências ao atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, porque no momento só temos o Hospital Universitário Júlio Muller e o Pronto-Socorro Municipal de Várzea Grande fazendo o atendimento, que fornecem a medicação e realizam o abortamento legal quando necessário.

A Secretaria de Saúde, além de toda essa discussão em termos de programas específicos para as mulheres, tem programas educacionais, campanhas que visam diminuir os agravos que afetam o ser humano, e especificamente para a mulher - já que estamos discutindo aqui a saúde da mulher -, tem programas de prevenção de câncer de mama, câncer do colo do útero, DST, AIDS e planejamento familiar. São campanhas educativas que serão realizadas em conjunto com a Secretaria de Educação, dentro de escolas, em conjunto com associações de bairros, nas unidades de saúde já existentes, nas policlínicas, no caso específico de Cuiabá, ou nas unidades mistas, nos postos de saúde do interior.

Outro programa que está em discussão agora, que é o objetivo atual da Secretaria, é incentivar o programa da maternidade segura, quer dizer, ele incentiva que as mulheres tenham partos de forma natural, com o mínimo de risco possível.

Gostaria de agradecer o espaço para apresentar os programas da Secretaria de Estado de Saúde e estou disposto à discussão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Passaremos a palavra agora à Deputada Federal Teté Bezerra, porque ela viajará às 17:00 horas e tem que estar no aeroporto às 16:00 horas, então, o tempo dela está bem corrido. Depois, voltaremos com os próximos palestrantes e os Deputados na seqüência.

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Boa-tarde a todos e a todas aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Ságuas, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Zé Carlos do Pátio; cumprimentar os demais oradores da mesa, todos os grupos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

organizados, todos os segmentos que se fazem presentes nesta tarde, grupos esses que trabalham e defendem a questão da mulher em nosso Estado, e os representantes dos nossos municípios também presentes.

Gostaria, primeiramente, de pedir desculpas por atropelar a ordem da fala dos oradores, porque tenho que me deslocar para o aeroporto para um voo que farei agora à tarde para Brasília. Mas gostaria de dizer que não poderia deixar de estar presente nesta audiência pública onde se trava essa discussão importante, como já foi dito pela Professora Madalena. Mais uma vez, nós estamos discutindo a questão do dia 08 de março, principalmente a questão da mulher.

Nós temos assistido, durante os anos todos que se passam, essa discussão sempre sendo trazida e sempre algumas pessoas colocando essa data como um dia de grande comemoração para a mulher. E eu sempre digo que esse dia deve ser de grande reflexão para a mulher. Não só para a mulher, como para os grupos que, de alguma maneira, trabalham e apóiam as lutas que a mulher, de alguma maneira, estabelece dentro da sociedade.

Eu gostaria de estar colocando que, em Brasília, na Câmara Federal, no Congresso Nacional e no Senado, nós estaremos realizando, amanhã, uma Sessão Solene, dentro desse lado festivo, em que serão agraciadas quatro mulheres que se destacaram no âmbito nacional pela luta e pelo trabalho. E estaremos também instalando lá, em Brasília, uma Comissão Especial para o ano de 2004. A Câmara Federal dispõe de 19 comissões permanentes instaladas, e amanhã será instalada mais uma comissão, a Comissão Especial da Mulher, tendo em vista o Ano Nacional da Mulher, decretado pelo Presidente Lula. Nós estaremos, através dessa Comissão Especial, analisando, avaliando, votando e priorizando, principalmente, os projetos de lei que dizem respeito à questão da mulher.

Eu ouvi, aqui, uma cobrança da professora Madalena, com muita propriedade. O que nós legisladores efetivamente estamos fazendo, fazemos para que a questão da mulher possa avançar no âmbito nacional, no âmbito do País, para diminuir as desigualdades de encarar os problemas e encarar as questões do nosso País como devem ser encaradas.

Eu tive a oportunidade, na sexta-feira, de estar em Rondonópolis, com a presença do Deputado Zé Carlos do Pátio; da Laura - que nos acompanha aqui também -, que é presidente do PMDB-mulher, de Barão de Melgaço; e da Elza, que é Presidente do PMDB de Cuiabá. E numa reunião partidária, especificamente, eu dizia da importância que nós temos - e aí mencionei o Deputado Zé Carlos do Pátio e os vereadores do Município de Rondonópolis -, e do compromisso que nós, que temos mandatos eletivos, temos que ter com as políticas públicas direcionadas à mulher.

Eu ouvi há pouco o representante da Secretaria de Saúde colocando as questões da saúde da mulher. Essa é uma questão imprescindível que nós, que temos mandato, não só o Executivo, mas nós dos legislativos, temos que cobrar do Executivo, para que, efetivamente, as políticas públicas direcionadas à mulher - e aí vamos contemplar a plataforma de Beijing - sejam universais.

Não podemos ter essas políticas públicas apenas nas nossas propostas ou nos nossos planejamentos. Elas têm que acontecer em todos os municípios do Estado de Mato Grosso. Onde houver um cidadão e uma cidadã que necessite do atendimento, a política pública tem que existir. E eu acho que essa é a luta que nós, que temos mandato eletivo, temos que ter. Que nós tenhamos um olhar diferente para as políticas públicas que nos tem de ser direcionadas.

Aqui foi dito com relação à questão da mulher da saúde pública. Aqui foi dito com relação à questão da violência contra a mulher. Quer dizer, nós temos que ampliar as delegacias que, infelizmente, ao invés de ampliar, com o passar do tempo, fazem é diminuir. Ao invés de ampliar atendimento, elas acabam retrocedendo. Quer dizer, nós não temos que ter só uma delegacia de



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

atendimento à mulher vítima de violência, mas nós temos que ter uma rede de proteção em torno dessa delegacia e dessa mulher, para oferecer a essa mulher vítima de violência condições de atendimento na sua integralidade, na questão emocional, psicológica, econômica, na questão dos direitos de cidadã a serem preservados.

Então, a grande interrogação e questionamento que ficam, não só neste momento, mas que nós teremos também nessa Comissão Especial montada e instalada a partir de amanhã na Câmara Federal, em Brasília, é uma clara e nítida postura de como, efetivamente, nós deveríamos estar nos posicionando.

Eu acredito que essa Comissão terá um papel importantíssimo, porque ela vai analisar e avaliar os projetos de lei que de alguma maneira contemplam a questão da mulher. Os projetos serão priorizados para serem votados e aplicados à nossa população. Eu acho que foi um avanço quando nós conseguimos a instalação dessa Comissão, porque isso também vai possibilitar que, através das leis aprovadas, as nossas mulheres sejam contempladas.

Apenas para dizer, porque nós ouvimos a questão da fala da representante da FETAGRI, da dificuldade que as mulheres trabalhadoras rurais têm em relação aos direitos previdenciários. Essa é uma questão que sempre fica: a dificuldade da mulher de comprovar sua atividade econômica dentro da parcela, da gleba, do sítio, do local em que ela trabalha. Apesar das afirmações que aqui são feitas, quer dizer, toda agregação de valor, a produção da pequena propriedade é feita pela mulher. Mas, na hora de comercializar, de vender, muitas vezes essa mulher não participa, e aí ela tem dificuldade de comprovar a sua atividade econômica tirada daquela parcela.

Tem um projeto de lei tramitando, desde a legislatura passada, de minha autoria, que enfrenta esse problema. E nós estamos pedindo agora à Comissão Especial das Mulheres, instalada a partir de amanhã, que também coloque entre os projetos a serem avaliados esse de nossa autoria. Inclusive já coloquei, já tive a oportunidade de estar lá na FETAGRI, discutindo essa questão e dizendo que eu quero estar aberta para que esse projeto possa, inclusive, ser melhorado, ser ampliado, ser melhor colocado para a sociedade, para que possamos ter esse importante ganho para a mulher trabalhadora rural.

No mais, eu queria dizer - e também o Deputado Ságuas lembrou - que este ano, dentro das programações do Ano Nacional da Mulher, teremos a realização das Conferências Municipais da Mulher, da Conferência Estadual e da Conferência Nacional.

Eu gostaria de dizer que, em Rondonópolis, nós já temos marcada, nos dias 19 e 20 - a Sr<sup>a</sup> Vera pode confirmar isso, e já aproveito para convidar todos e todas a estarem presentes -, a Conferência Municipal da Mulher. No dia 19 será a abertura, às 19:00 horas, e no dia 20, que é um sábado, durante o dia todo será a discussão e a realização da Conferência Municipal da Mulher. Será agora no dia 20 de março.

Então, as representantes dos municípios que aqui estão presentes e nós temos de montar, nos nossos municípios, os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Eu tenho certeza de que a Sr<sup>a</sup> Vera estará entrando nessa seara, nessa necessidade para que nós, dentre os diversos grupos de segmentos representativos de mulheres que nós temos em todo o Estado, tenhamos, também, os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher estabelecidos nos nossos municípios.

No mais, eu queria dizer, rapidamente, em relação à questão da participação da mulher na vida pública. Eu acredito que nós temos muito, ainda, o que avançar; eu acredito que nós temos muito, ainda, que quebrar barreiras, que quebrar situações que são colocadas. E o grande desafio que a mulher tem, primeiramente, é de participar de um partido político. Eu acho que ela tem que ter isso, assim como ela tem a participação dentro do seu segmento profissional, assim como a mulher tem a participação dentro da sua comunidade ou do bairro onde ela mora, assim

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

como ela participa dentro da escola do seu filho, reivindicando por uma educação de qualidade, reivindicando por uma boa escola. A mulher também tem que ter a consciência de que ela tem que participar de partidos políticos. Porque, a partir de então, é que ela vai disputar eleição, vai ter mandatos eletivos e vai poder - como mandatária de um mandato - ser um agente político, presente na formulação das leis que beneficiam as nossas mulheres e que beneficiam a todos nós.

Eu sempre tenho dito que quando se estabelece uma lei que vem beneficiar a mulher, não se está beneficiando um segmento, está beneficiando aquele discurso que todos nós sempre temos, que a igualdade tem que acontecer em todos os níveis, a igualdade social, a inclusão social, que passa, com certeza, pela ocupação do espaço político, que é sempre tão defendido por todos nós.

Eu gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa por esta audiência pública, de me desculpar pela minha rápida presença, porque eu terei que me deslocar, em virtude do vôo que farei, mas nós estamos abertos para as reivindicações, para os encaminhamentos e para as questões colocadas. Se ao final dessa reunião tiver algum encaminhamento que vocês acharem que seria interessante encaminhar ao Congresso Nacional, à Câmara, nós estaremos abertos para isso. No mais, agradeço. Obrigada pela oportunidade de estar presente e coloco-me à disposição, através do nosso mandato, lá em Brasília, representando todos os mato-grossenses. Muito obrigada (PALMAS).

(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Queremos agradecer a participação da Deputada Federal Teté Bezerra, e dizer à Deputada que o Deputado Zé Carlos do Pátio quer entregar uma moção de homenagem a senhora, por ter sido a primeira mulher Deputada Federal de Mato Grosso (PALMAS).

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só queria registrar que foi uma moção aprovada por todos os Deputados da Assembléia Legislativa, em reconhecimento ao fato de ter sido a primeira mulher Deputada Federal (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> TETÉ BEZERRA - Eu gostaria de agradecer à Assembléia Legislativa, ao Deputado Zé Carlos do Pátio que entrou com a proposta. Espero estar à altura para poder corresponder a essa responsabilidade. Para mim, é extremamente honroso receber esta homenagem desta Casa que sempre tem se posicionado com relação à questão do nosso Estado, sempre tem sido uma figura importante de condução e de canalização de todos os anseios do povo mato-grossense.

Parabéns à Assembléia Legislativa! Muito obrigada pela homenagem (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Queremos agradecer a presença do Vereador Domingos Sávio, do Partido dos Trabalhadores, e convido-o para fazer parte da Mesa.

Queremos agradecer a presença de Lenir da Rocha e Silva, Presidente da Associação de Mulheres do Bairro Planalto; Maria Margarida Souza Pacheco, Presidente da Associação das Mulheres do Bairro Jardim Leblon; e Silbene Santana de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Maria Zaniratto, Diretora do Sindicato dos Profissionais da Educação de Mato Grosso-SINTEP, que dispõe de cinco minutos.

A SR<sup>a</sup> MARIA HELOISA ZANIRATTO - Boa-tarde a todas as mulheres aqui presentes. Boa-tarde aos homens compromissados com a luta das mulheres.

Srs. Deputados e Sr<sup>a</sup> Deputada; minhas companheiras de luta em defesa da vida e dos direitos da mulher, em nome do SINTEP - Sindicato dos Profissionais da Educação Pública, gostaríamos, nesta audiência pública, nesses poucos cinco minutos, de contribuir na formulação das políticas públicas. Mas antes termos um pouco dessa realidade, inclusive desmistificada, para

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

superarmos o quadro ainda de dificuldades, que são questões de gênero, até mesmo dentro da educação.

A princípio nós poderíamos ter uma noção da exclusão social da mulher na educação, mais especificamente da trabalhadora da educação, o que significa essa mulher nessa profissão, em termos de políticas públicas e, principalmente, em termos da sua valorização profissional.

Dentro do espírito da nossa aula de cidadania de hoje de manhã, da qual vários de nós participamos, problematizando o tema da própria demanda social que nós ainda temos de acesso à educação, nós ainda temos um quadro de oitocentos e sessenta e dois milhões de pessoas analfabetas no planeta. Quer dizer, se temos em torno de seis bilhões ou mais de habitantes no planeta, oitocentos e sessenta e dois ainda sequer têm a alfabetização que é básica, até para se chegar à tentativa de superar a alfabetização que seria mais do que o código, a aquisição do código da nossa língua. Dentro desse número de pessoas analfabetas, a mulher predomina como analfabeta, dois terços da população de analfabetos são mulheres. Por que temos mais mulheres fora da escola e mais mulheres analfabetas? A princípio, a escola sendo pública e democrática não poderia ter essa exclusão na sua raiz. A verdade é que nós temos ainda uma condição social, cultural, em que não se vê ainda a escola como necessidade de valorização da mulher.

Então, a mulher, a menina ainda fica em casa, cuidando dos irmãos mais velhos para os pais trabalharem, a menina tem que cuidar da pessoa doente dentro de casa, a menina vai casar mesmo, a adolescente vai casar, ter filhos, precisa cuidar dos filhos, entre outras razões, e é desestimulada a estudar até mesmo dentro da nossa escola. Há muito mais uma pré-disposição em se encorajar os meninos para estudar. Em todas as áreas, seja no âmbito mais privado da família, seja no âmbito público, o homem é mais privilegiado no acesso à educação.

Em relação ao trabalho, à profissão de trabalhadora da educação, como educadora, principalmente no setor público, onde atuamos mais, todos nós sabemos que estamos passando por um momento de novamente buscarmos nossas reivindicações em relação à recomposição salarial.

Há pouco nós tivemos uma audiência com o Governo do Estado. E nós percebemos, na audiência, a ignorância, o desconhecimento que se tem em relação à condição da mulher, principalmente quanto ao seu salário e as suas condições de trabalho.

Então o Governador nos disse que, em termos de salário, se no setor privado as mulheres recebem menos, no setor público isso não é verdade porque até o concurso público não faz essa discriminação entre homem e mulher. Na verdade, nós temos os dois gêneros no serviço público e não há discriminação salarial por isso, mas nós temos pesquisa, levantamento de que mesmo no setor público, no órgão onde nós mulheres somos maioria, o salário é mais baixo do que em outras categorias.

Quando nós fazemos uma mobilização por recomposição salarial, e, de certa forma, não somos atendidas, é porque está subentendido que a profissão de educadora é uma extensão da maternidade e que não há necessidade de ter um salário mais compatível com a exigência da vida econômica.

Nós podemos verificar na relação das profissões, na média salarial, principalmente da profissão de educadores da educação básica, que nós temos a mesma formação, a mesma jornada de trabalho, mas ganhamos bem menos, nós, professoras, funcionárias de escola. Por quê? Porque na educação básica, principalmente, nós somos 83% mulheres no quadro brasileiro. Então, isso forja, de forma invisível, não explicitada, a nossa condição salarial mais rebaixada.

Fechando aí, em relação às propostas, que não sejam apenas as proposta que levantamos como bandeira de mais investimentos para a educação, comprometimento aí de um percentual do PIB mais elevado, o piso salarial de novecentos reais para professora e funcionária

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

com a mesma formação e mesma jornada. Nós sabemos qual é a de Mato Grosso, mas a nossa reivindicação nacional é essa, é que, de fato, também tenhamos uma política voltada - não sei se a Secretaria de Estado de Educação se encontra presente, aqui representada - mas é fundamental que essa Secretaria também trabalhe com uma coordenação específica de gênero, porque até no currículo discriminamos as mulheres, até na metodologia discriminamos as meninas dentro da escola. É muito sério e é algo que não é revelado. Muitas vezes, nós mesmas educadoras não temos consciência disso, porque se naturalizou isso.

Então, as meninas muito mais comportadas e disciplinadas dentro de sala de aula são deixadas de lado e se dá muito mais atenção aos meninos, que precisam estudar porque eles é que vão garantir a renda da família. A família também faz isso. Ela também, se for para pagar escola particular, vai garantir a escola particular, a faculdade para o homem, vai pagar primeiro para o homem e, se sobrar, vai ter para a mulher.

Portanto, fica aí a nossa reivindicação de que, inclusive, temos uma agenda comum também com a Secretaria de Educação para que se busque a qualificação dos profissionais da educação para fazer esse recorte de gênero nela, mas, principalmente, que trabalhem no sentido de ter um salário compatível com os homens e que, de fato, possamos ter nosso piso opcional de novecentos reais com formação inicial de nível médio.

Agradeço a iniciativa do Deputado Ságuas e agradeço também o comprometimento de todos aqui. Gostaria muito de ter, por parte de vocês todos, a solidariedade na nossa luta, na nossa greve que, nesta semana, teremos momentos decisivos, e esperamos a visita de todos aqui na nossa vigília, no nosso acampamento.

Estamos vendendo a revista *Mátria*, que é uma revista dirigida para a educação, para todas as mulheres e para quem está aí nessa frente, para estar subsidiando-se através desse nosso material. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Sílvia Virginia Biagi Ferrari, Delegada titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher.

A SR<sup>a</sup> SÍLVIA VIRGINIA BIAGI FERRARI - Boa-tarde, senhoras e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores.

“A violência doméstica atinge o que há de mais sagrado na sociedade: a família, célula *mater* da sociedade.

Os filhos são o espelho de seus pais, portanto, quando estes presenciam a violência, são criados nesse contexto, tendem a repetir os erros cometidos por aqueles, colocando em risco as suas próprias famílias.

Há de se criar uma cultura de respeito ao próximo, à família, porque sem isso não há como se falar em cidadãos comprometidos com uma sociedade melhor.

Estamos em pleno Século XXI e muitas mulheres continuam sendo desrespeitadas e violentadas. Algumas se calam por desconhecer seus direitos e outras ainda por medo ou submissão, pois assim aprenderam ao longo de suas vidas.

As raízes profundas da submissão precisam ser cortadas.

Temos que educar nossos filhos ensinando que a diferença entre homens e mulheres não significa o predomínio do masculino sobre o feminino. A verdadeira igualdade é a aceitação das diferenças sem hierarquias. Diferenças estas que não podem ser traduzidas como desigualdades.

A sociedade brasileira ainda possui valores culturais e costumes fundados no processo de exploração-dominância em razão do gênero, onde prepondera a situação homem domina mulher, levando ao controle social e até a mais extrema violência.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Há de se modificar os hábitos de condutas sociais e culturais da mulher e do homem e eliminar os preconceitos e práticas habituais baseadas na idéia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos e em funções inalteradas atribuídas ao homem e à mulher.

Não podemos permitir que os preconceitos e as diferenças entre masculino e feminino sejam evidenciadas e fortalecidas em nossas relações cotidianas, vez que não existem homens e mulheres e sim cidadãos, com deveres e obrigações, mas também com direitos.

A violência contra a mulher atinge todas a raças e classes sociais em todas as partes do mundo. Violência esta que pode ser definida como todo ato, com uso de força física ou não, que causa dano ou constrangimento físico, sexual, moral ou psicológico, sendo resultado das relações desiguais entre homens e mulheres, construídas através da cultura, da história e do contexto econômico e social.

A violência pode e deve ser combatida. A violência doméstica contra a mulher tem características próprias frente a outras situações de agressão ou repressão, pelo espaço em que ocorre, pelos autores que intervêm e por um conjunto de fatores psicológicos que estão em jogo. Tudo isso determina uma completa e não sempre clara significação e percepção do problema.

O agressor, neste caso, tem domínio sobre a vítima, motivado pelo fato de a conhecer intimamente, sabendo seus pontos fracos, seus medos, dominando emocionalmente a situação. Ele não deseja eliminar a vítima de maneira radical, mas dominá-la, determinando com quem fala, qual roupa veste, o que deve fazer. Enfim, procura controlar o presente e o futuro, fazendo-a esquecer do passado.

São formas de violência contra a mulher: ameaça, lesão corporal, que é o espancamento, discriminação, calúnia, difamação, injúria, abandono material, homicídio, estupro, assédio sexual.

Por que é tão difícil para as mulheres dizerem não à violência? Baixa auto-estima, desconhecimento dos direitos, medo do agressor, pressão psicológica, sentimento de culpa, vergonha, medo de ficar sozinha, dependência econômica, falta de apoio familiar, pressão familiar.

Podemos vencer esse medo nos valorizando, acreditando em nosso potencial, nos amando primeiro, exigindo respeito, denunciando agressões. As mulheres esperam muito para denunciar. Quando pedem ajuda, estão em estado de indignação e fragilidade.

Mulheres que sofrem violência têm o direito de procurar ajuda profissional e encontrar um atendimento humanizado. Em muitos casos de violência conjugal, aquela cometida pelo marido, a agravante é que a mulher não concebe a agressão como um crime, e sim como um desarranjo de ordem afetiva.

Reconhecer que sofre maus tratos no relacionamento é um passo importante para prevenir e acabar com a violência. A violência começa com um tapa até chegar a uma situação de alto risco. Alguns homens, por não saberem lidar com frustrações, as descontam na mulher, nos filhos, mães, irmãs, ex-companheiras, ex-namoradas.

Ao longo dos anos as mulheres passaram a denunciar mais, sendo que até dezembro do ano passado, 2003, a Delegacia da Defesa da Mulher em Cuiabá registrou cerca de 2.019 boletins de ocorrência, sendo a grande maioria de ameaças e lesões corporais; instaurou 108 inquéritos policiais, sendo 80 de natureza costumes - estupro, sedução, atentado violento ao pudor, tentativa de estupro -; foram instaurados 1.516 Termos Circunstanciados de Ocorrência.

Até 07/03/2004 já foram registrados: 370 boletins de ocorrência; instaurados 27 inquéritos policiais, dentre os quais 20 se referem a costumes; instaurados 263 termos circunstanciados de ocorrência.

Não há como se detectar se houve aumento de violência ou aumento de denúncias. Acreditamos que houve, sim, aumento das denúncias, pois há casos que as vítimas vêm sofrendo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

violência há muitos anos, e, pelas razões elencadas anteriormente, não denunciavam seus agressores, pois quando a família está em jogo é muito difícil tomar determinadas atitudes, como denunciar a violência sofrida. É o medo do desconhecido, do que pode ocorrer caso venha a denunciar.

Geralmente, a violência no espaço doméstico ocorre nos finais de semana e feriados, quando a família se encontra reunida, e muitas vezes é gerada pela embriaguez. A faixa etária dos agressores gira em torno de 20 a 35 anos, não sendo apenas maridos, às vezes são ex-maridos, namorados, pais, filhos, irmãos e ex-namorados.

Sabemos que todo recomeço é difícil, mas nada é impossível. Acima de tudo a mulher deve se amar. O abuso sexual é, muitas vezes, difícil de ser detectado. Atos libidinosos, atentado violento ao pudor e sedução, entre outros, podem não deixar marcas físicas. Quando a criança é muito pequena, não tem referências para reconhecer o abuso como agressão; quando o percebe, muitas vezes se cala por medo, vergonha ou culpa. A persistência deste tipo de violência ancora-se, assim, não apenas no silêncio das crianças vitimizadas, mas também na omissão da mãe e do resto da família. O abuso sexual é uma questão cultural de exploração-dominação, de posse e propriedade.

Geralmente as pessoas ligam o crime de estupro e abuso sexual à violência de desconhecidos, porém, em grande parte dos casos essa ocorre no espaço doméstico, com pessoas que a criança, adolescente ou mesmo mulheres confiam, porque são parentes ou pessoas de suas relações pessoais. A violência é crime que deve ser denunciado, pois a falta de denúncia é que gera a impunidade.

Eu vou citar uma frase de Marília Gabriela, que resume tudo o que nós dissemos aqui: “Mais que o corpo, a violência machuca a alma, destrói os sonhos e acaba com a dignidade da mulher” (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Vera Lúcia Bertolini, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A SR<sup>a</sup> VERA LÚCIA BERTOLINI - Boa-tarde, eu cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Verinha Araújo, que é a mulher que representa o Legislativo, e um abraço carinhoso a cada uma das companheiras de luta, aos companheiros que também aceitaram o desafio de discutir conosco a situação da mulher em Mato Grosso.

Eu disse que já estão me chamado de presidente do Conselho, mas eu ainda não tomei posse, e não sei se depois da audiência de hoje o Governador me dará posse... É importante nos reunirmos aqui, e tenho certeza de que vamos nos reunir muito mais, porque nós já entendemos que a questão da mulher não passa só pelas datas que a sociedade definiu e que o mercado já tem se apropriado dela de uma forma bastante esperta, 08 de março virou um dia das mães, um dia dos pais, um dia de qualquer coisa. E nós precisamos lembrar da origem desse 08 de março. É um dia de luta, é um dia de reflexão, porque ele lembra a coragem de companheiras nossas, trabalhadoras que morreram por reivindicar direitos básicos, direito a um trabalho digno, a uma carga horária de trabalho humanizada. Isso tem a ver com a história das mulheres que foram queimadas nos Estados Unidos, no final século XIX.

O Conselho da Mulher, todo mundo sabe que ele foi criado em 1986, por um decreto do então Governador Carlos Bezerra, e pouco antes havia sido criada a Delegacia da Mulher, que em Mato Grosso ocorreu em 1985. Nós temos, então, uma coincidência de condutas que um olhar não muito atento acredita que seja isso a definição de uma política com um olhar de gênero, como a Madalena falou muito bem no início. E aí nós veremos que fomos enganadas, as mulheres mato-grossenses foram enganadas. A Delegacia da Mulher foi criada por modismo. Basta, quem quiser pegar a mensagem que foi encaminhada para a Assembléia Legislativa, ler. Estava dizendo que, por razões óbvias, Mato Grosso precisava criar uma delegacia e que ele seria também

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

considerado um Estado vanguardeiro. E no dia seguinte, dia da criação da Delegacia da Mulher, foi dada a nomeação para a Dr<sup>a</sup> Miedir Santana, que foi a primeira delegacia com, mais ou menos, a seguinte mensagem: “Levanta-te e anda” - como diz aquela passagem bíblica. E lá foi ela peregrinar, mendigar o lixo que sobrava das mesas quebradas das Secretarias de Estado. Enfim, alugaram uma casinha quase caindo na cabeça dela, na Feira da Mandioca, e ali, então, começou a trajetória da Delegacia da Mulher que é, às duras penas, ainda, uma realidade quase assim.

Nós tivemos bons dias na delegacia. Tínhamos lá o Instituto Médico Legal, a Defensoria Pública instalada na delegacia, com prédio próprio onde está hoje. Isso se perdeu.

Hoje, eu tive a ousadia - e eu acho que foi provocação para nós mulheres - de falar numa entrevista ao Jornal *A Gazeta*, que as Delegacias das Mulheres em Mato Grosso têm a cara da organização das mulheres de Mato Grosso. Eu sei que é duro falarmos isso, porque eu acho que os administradores públicos, as administradoras públicas andam ou dançam conforme toca a música. E acho que nós mulheres temos que fazer a *mea* culpa, no sentido de dizer que nós também entregamos e nos calamos diante de alguns abusos. Então, o que é que nós estamos querendo e estamos fazendo? Precisamos ter voz, precisamos ocupar os espaços.

Conquistamos o Conselho da Mulher. Ele foi empossado, também porque nós criamos um Fórum de Mulheres antes da criação do Conselho Estadual, ou antes da posse do Conselho Estadual.

Em março de 1994, nós entregamos um documento ao Governador exigindo algumas questões que ainda estão sem respostas.

O documento foi entregue para o Governador Blairo Maggi, mas ele não o tinha em mãos. Nós o protocolamos no dia 24 de novembro, mas ele não sabia o que era esse documento. Bem, tiraram uma cópia, ele vai, no dia 12, nos receber de novo.

Então, eu acho que nós precisamos nos organizar, porque o Fórum de Articulação de Mulheres do Estado sacudiu a poeira e fez com que o Governo do Estado desse posse à primeira Diretoria do Conselho em agosto de 1996. Mas, a partir de lá, a forma como o Conselho da Mulher vem sendo tratado é de um desprezo muito grande.

Então, nesse momento de crise, de definição mesmo do que nós queremos ser - Conselho, ou o que é que nós queremos -, rearticulamos o Fórum de Mulheres e fizemos uma avaliação. Nós queremos ocupar esse espaço? Esse espaço foi dado? Não, ele não foi dado. Nós temos clareza de que ele não foi dado. Ele é resultado de reivindicação das mulheres, reivindicação da sociedade civil, em especial, para que nós possamos exercer o controle social.

Então, nós queremos, sim. Nós sabemos qual é o papel do Conselho, sabemos aonde nós queremos ir com o Conselho. E, depois dessa reunião do Fórum, então, decidimos que nós vamos, sim, ocupar esse espaço. Elegemos, então, a Diretoria por um mandato de um ano. Temos todas as representações da sociedade civil e do Governo já empossadas, e a diretoria deve tomar posse no dia 12, agora - e eu convido vocês. Será na SETEC.

O rumo do Conselho também será o rumo das nossas ações. O Conselho é um espaço nosso. Ele é híbrido, ele é sociedade civil, Estado, é uma coisa que nos desafia. Desafia a nós sociedade, porque historicamente o Estado controlou as nossas vidas e, hoje, nós controlamos o Estado, porque nós também somos Estado. O Estado não pode servir só como Governo. Nós, sociedade civil, não podemos esperar que a política pública venha de graça. Ela é resultado de articulação, de exigências, e a sociedade civil sabe exatamente o que ela quer.

Portanto, nesse sentido, o espaço do Conselho é um espaço aberto. Temos que ampliá-lo e temos que articular as organizações.

Hoje, nós conversamos enquanto “ficamos de molho”, literalmente, na ante-sala do Governo. Mas, não perdemos tempo. Nos conhecemos, nos articulamos e vamos criar uma rede

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

para que evitemos esse fosso que separa as mulheres urbanas das mulheres rurais. Somos mulheres vítimas de violência que graça no nosso meio de forma naturalizada. Não toleramos as discriminações. Queremos acesso à terra, queremos acesso a um sistema de saúde pública, Dr. Vítor. Queremos uma política pública contundente, queremos resgatar o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISME. Nele está definido o que nós queremos: assistência à mulher, de zero até o fim da sua vida. Porque são fases que vivenciamos com as nossas necessidades muito peculiares. E, lamentavelmente, o acesso aos exames que detectam o câncer de mama, o câncer de colo uterino, é muito incipiente e o programa de atendimento às mulheres vítimas de estupro, ainda, é muito frágil.

Nós precisamos de ações mais enfáticas; nós precisamos de programas bem definidos para capacitarem os recursos humanos na área da saúde, para que as mulheres não se sintam violentadas novamente.

A Organização Mundial de Saúde já reconheceu que violência é uma questão de saúde pública. É impossível que as mulheres procurem um ambulatório médico duas, três, quatro, cinco vezes com queixas explícitas de que ali há o fenômeno invisível da violência, e isso não ser identificado, ou não ser facilitada a verbalização para aquela mulher, porque o profissional ou a profissional da saúde não tem habilidade para identificar isso.

Eu estou falando de um investimento pesado na capacitação de recursos humanos da saúde, assim como da segurança pública, para que seja adotado um olhar de gênero e que, então, possamos instrumentalizar, de fato, uma política que atenda as mulheres nas suas necessidades.

Eu gostaria de desafiar para que engrossemos as nossas organizações, para que ocupemos, de fato, os nossos espaços dentro dos partidos, dos nossos sindicatos, das nossas associações de moradores, das associações de mulheres, que estão começando a pipocar por este Estado.

As mulheres mato-grossenses têm pressa. As mulheres mato-grossenses têm sede de resolver problemas que estão represados há muito e muito tempo. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Passamos a palavra ao Sr. Mário Roberto Kono de Oliveira, Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Criminal da Capital.

O SR. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA - Boa-tarde!

Vamos deixar as informalidades de lado, até porque o tempo concedido é curto.

Nós vamos fazer um breve esboço - peço licença para ir à frente - sobre a questão da violência doméstica. De repente, começa-se do princípio. O princípio era verbo, e o verbo era Deus, e foi criada a mulher, e aquela história toda. Por que, afinal, foi dada à mulher a condição de dar à luz, que é ou não um sofrimento?

Eu tive um médico, amigo meu, que um dia me disse que se a situação fosse contrária, se fosse o homem que desse à luz, a história da humanidade seria outra. Ela seria: Caim estuprou Abel; Abel teve um filho; acabou-se a humanidade, porque o homem não teria essa capacidade. Então, na verdade, não é uma violência Deus acreditar na mulher e saber que o homem não seria capaz de levar a contento essa grande tarefa.

Então, parabéns a vocês pelo dia de hoje, não só por isso, mas também porque são verdadeiras guerreiras.

Voltando agora à questão da violência doméstica, violência praticada contra a mulher, acho que temos que fazer uma distinção... Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságuas, gostaria que vocês, como representantes do Legislativo, nos ajudassem nesse parâmetro. Quando se fala em violência doméstica, temos que ver estupro, atentado violento ao pudor, homicídios, crimes graves... Desculpe-me o marido delas, mas sou apaixonado por três delegadas, duas da Delegacia da Mulher. A Dr<sup>a</sup> Miedir Santana que começou isso tudo e continua com a Casa de Amparo.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Esses crimes, realmente, são crimes graves e aquele que o comete merece estar atrás das grades. Mas devemos começar de forma preventiva. Vamos dizer até que adoto o nome de justiça terapêutica, que é quando a mulher começa a sofrer violência em casa, que anda crescendo, como foi falado pela nossa ilustre Delegada. Hoje, ela é ofendida; amanhã, recebe um tapa; depois, recebe um soco; depois, é espancada; e, depois, morre. Então, se cuidarmos desde o início, poderemos evitar isso. Mas como vamos fazer isso? Graças a Deus, aqui na Capital - isso não estou falando da realidade nacional nem do nosso Estado - nós temos a Delegacia da Mulher que funciona. Eles sabem como tratar a vítima da violência doméstica e sabem também como tratar quem pratica violência doméstica. A pessoa é atendida ali. Quando a violência doméstica se limita à lesão corporal simples, ou ameaça, ou via de fatos, são crimes ainda pequenos, vem tudo para o meu Juizado Especial Criminal da Capital, e é a isso que quero me restringir. A própria mulher, muitas vezes, volta lá na Delegacia, e era muito comum antes, e fala: “Doutor, eu não quero mais representar contra meu marido, eu quero retirar essa queixa”. Agora, não. Temos um acordo com todos que são enviados ao nosso juizado. Por quê? Porque não sabíamos o motivo pelo qual ela queria retirar aquela queixa. Provavelmente a pressão em casa depois foi maior, provavelmente o advogado foi lá conversar com ela, tirando de sua cabeça aquilo e no fim acaba até aceitando que ela foi quem provocou a violência e que merecia aquilo. Ou seja, verdadeiros absurdos. Ou medo de dar continuidade a isso, ou medo que o marido seja preso e não possa prover a assistência da família. Então, quando chega, temos agora um núcleo psicossocial que funciona há mais de um ano, graças à colaboração do Dr. Marcos Machado, quando era Secretário de Justiça e Segurança Pública, que nos forneceu dois psicólogos e dois assistentes sociais. Digam a ele que está funcionando muito bem, com índice de recuperação na base de 80%. Levem a ele essa mensagem e digam a ele que voltaremos a pedir mais coisas agora que ele está na área da saúde. Também temos o apoio do próprio Tribunal de Justiça, que tem mais um psicólogo e um assistente social, que recebem essas pessoas e vão identificar o problema, o que está gerando essa violência.

Às vezes, o algoz é um bom pai, é trabalhador, é até bom marido, porém, quando bebe, se torna violento. Hoje, já está mais do que concebido que o alcoolismo é uma doença, e uma doença tem que ser tratada. Então, quando a mulher nos procura, muitas vezes também... Voltando um pouquinho, quando essa mulher chega lá, no mínimo, é orientada. Às vezes, foi uma briga esporádica de casal, uma coisa que aconteceu e provavelmente não acontecerá mais, mas já que é assim conversamos com a mulher e com seu companheiro, seu marido, da seguinte forma: se é verdade que isso não ocorrerá mais, por que então, não suspender esse processo por seis meses, por um ano e, caso não ocorra ato de violência, arquivamos o processo? Agora, se houver novo ato, damos continuidade ao processo que aí está e, além disso, vai responder também pelo novo ato, pelo novo crime cometido. Isso faz com que a mulher, no mínimo, fique um pouco mais segura e que o marido pense duas vezes antes de cometer violência doméstica. Nesses casos, o grande vilão ainda é o álcool, o alcoolismo, mais do que as drogas ilícitas, tenham certeza, e é preciso tratamento.

Então, ele passa pelo núcleo psicossocial. É determinado a ele fazer a desintoxicação, se for o caso. Faz o trabalho do CAPs, também muito bom nesta parte, do Estado. E, depois, com o acompanhamento do nosso núcleo psicossocial, termina frequentando os Alcoólicos Anônimos, que prestam um trabalho inestimável a nossa sociedade, tenho certeza. Com isso, ele recupera a auto-estima. Ele pára de beber, tenho certeza disso, e extingue-se a violência doméstica. É certo que tem aqueles que continuam batendo, mas aí nós não prendemos. Eu coloco-os para pensarem, muitas vezes, a maioria, na Delegacia da Mulher. Ficam ali dois dias, três dias, uma semana, quinze dias, pensando dentro da cela, porque ali eles não podem fazer nada, eles vão pensar e acabam se desintoxicando também. É uma maravilha! E tenho certeza de que na volta, ele reflete e volta diferente. Alguns casos mais graves, eu mando para o Carumbé, para pensar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

No Carumbé, ele tem que ficar na ala dos evangélicos, porque se ele ficar na outra, ele poderá levar pau, ele poderá apanhar. E se ele voltar, não poderá cair mais na ala dos evangélicos, porque voltou por causa da bebida, aí não aceita mais. E aí também o pessoal não gosta muito de quem já passou pela ala dos evangélicos. Eu já os deixo bem cientes disso. Então, nessa parte, 99% dos que estão nesse estágio, pensam e acabam saindo. É como aquela criança que precisa aprender a dar os primeiros passos e, às vezes, você tem que ser mais duro com ela. Mas a sua grande maioria - não estou dizendo todos, nós não fazemos milagre - eu garanto hoje uma recuperação, pelos índices que nós temos, no mínimo 80%.

Então, essa questão... Por isso me preocupa o que eu falei com a senhora, Deputada Verinha Araújo, a respeito desse projeto da Senadora Serys Slhessarenko, que tem muitas coisas boas, inclusive a questão da obrigatoriedade do médico denunciar quando a mulher chega machucada ao pronto-socorro ou ao hospital, vítima de violência doméstica, e diz que caiu, bateu a cabeça. E, na verdade, o olho está roxo, e todo mundo sabe que não é esse caso. Então, o próprio médico deve denunciar. O que nós não podemos é pegar esses delitos de menor potencial ofensivo e elevar a pena. Porque aí nós vamos estar afastando a mulher de denunciar, porque ela não quer, porque ela não quer que ele seja preso. Ela o quer de volta, bom. Quer vê-lo recuperado, não o quer como bandido, preso. Aí ela vai continuar sendo vítima da violência doméstica e não vai denunciar. Essa é a minha grande preocupação, que eu gostaria que Vossas Excelências levassem à Senadora. Eu sei da preocupação dela. É justa, mas muitas vezes por não ter esse convívio com essa realidade que nós temos no dia-a-dia, diferente dos crimes mais graves. Esses crimes de menor potencial ofensivo devem continuar como crimes, mas dentro desse parâmetro, para que possamos fazer esse trabalho, porque todo mundo sabe que, se mandarmos para a carceragem e não recuperarmos ninguém, nós estaremos tirando um pai de família, estaremos penalizando ainda mais a mulher, penalizando mais, porque, além da violência que ela recebia, agora ela passa a ter a violência da sociedade, ela passa a não ter alimentos para os seus filhos. É lógico que ela batalha, também, a mulher é uma grande batalhadora, mas em muitos casos quem provêm e tem melhores condições de prover a situação de casa, os problemas da casa, é o marido.

A mensagem que eu gostaria de levar a vocês, já passada aos nossos membros legislativos, é a seguinte: Quase todos têm o conhecimento de um vizinho, de um parente, isso quando não tem o problema na própria casa, de alcoolismo, de violência doméstica, de excesso de ciúmes, que são doenças a serem tratadas e que dá para serem tratadas, e a pessoa não sabe nem a quem procurar. Podem confiar na Delegacia da Mulher, podem confiar no Juizado Especial Criminal e na Dr<sup>a</sup> Miedir, com a Casa do Amparo. Às vezes, a mulher não tem para onde ir, mas aqui em Cuiabá nós temos, que é a Casa do Amparo, onde ela pode ficar com os seus filhos, um local sadio para ficar com os seus filhos, com alimentação, com local para dormir, com tudo.

Então, se tiverem, podem nos procurar. Procurem! Vamos dar mais trabalho, ainda, porque sei que eles estão abarrotados iguais a nós, na Delegacia da Mulher, mas têm várias guerreiras lá dentro sensíveis ao problema de vocês. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero cumprimentar o Deputado Ságuas, idealizador da Audiência e a Deputada Verinha Araújo, cumprimentar a todos que estão presentes nesta Audiência Pública.

Primeiro, eu acho que a iniciativa foi ótima, em vez de ser uma Sessão Solene, uma Audiência Pública. Eu acho que Sessão Solene é uma coisa muito de ficar passando melzinho na boca, parabéns, e acaba parabenizando todo mundo e não tendo resultado. Então, aqui pode sair alguns resultados importantes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA**  
**MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Mas eu quero aqui colocar o seguinte: hoje eu estava chegando de viagem, de avião, vim com um assessor da Senadora Serys Slhessarenko, e uma das coisas que acredito no Governo Lula é que ele pode mudar paradigmas, conceitos e, como agente político, estou sentindo que não estamos conseguindo mudar conceitos. Eu vou dar um exemplo claro disso, a questão do FCO-Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o dinheiro mais barato que temos no banco para viabilizar ações públicas para melhorar a qualidade de vida da população. Esse FCO, o Governo Lula falou que cinquenta e um por cento seria para as micros e pequenas empresas. No ano passado ficou oitenta e nove por cento para os grandes empresários.

Esta semana o CONDEL foi lá em Rondonópolis, reuniu-se em uma fazenda de sojicultor para discutir a aplicação do dinheiro do FCO, o dinheiro mais barato, que nós poderíamos formar micro empresa, pequenas empresas, mas as garantias são tão difíceis que o pequeno não consegue pegar esse dinheiro. Aonde eu quero chegar como agente político? Quero colocar o seguinte, quando você fala da mulher, que ela é excluída, eu quero incluir a mulher, o negro, o índio, porque todos são minorias, e, se você quer melhorar a qualidade de vida de uma sociedade, tem que distribuir renda; se você quer distribuir renda, tem que viabilizar para que o poder público atenda essa minoria, mas o poder público não está atendendo essa minoria.

Por mais que o Governo cria mecanismo, não atende, porque a elite não deixa encurtar essa distância. E acho que esse problema, e aí eu quero fazer uma análise minha, aqui, como um ignorante nessa área, que não entendo direito, mas que, de repente, a sensação que eu estava tendo ali sentado, é que de um lado existe o mocinho e do outro lado existe o vilão. E, na minha opinião, está todo mundo no mesmo pacote, porque, se você não procura tirar a sociedade, essa sociedade que nós temos, da exclusão social, quanto mais ignorante essa sociedade, mais vai haver essa discriminação, mais vai haver essa violência, mais vai ter gente na delegacia.

E nós não podemos ser hipócritas. E, por incrível que pareça, a elite dominante, pensante - e aí eu quero me referir às próprias mulheres, com o que cada uma está contribuindo para fazer essas mudanças estruturais que nós temos que fazer?

Então, eu quero colocar para vocês que acredito na mudança de paradigmas, que acredito na mudança de conceitos. Mas as coisas não saem, as coisas não mudam! Por exemplo, quando se coloca essa questão do alcoolismo, por que esse cidadão está alcoolatra? Por que ele está cometendo um crime contra a mulher dele, contra a família dele, contra o patrimônio dele? O que passa por trás desse homem, desse cidadão também? Será que ele é um bandido por si só, que ele merece ficar livre, igual o doutor colocou, na cadeia alguns dias mofando? Ou será que não sabem a história e o passado dele e o que pode fazer por esse homem também.

Então, eu quero colocar para vocês que as coisas são colocadas e, de repente, não é feita uma discussão mais ampla, mais aberta de um todo. Vou dar um exemplo: PRONAF Mulher! Existe um programa nacional de agricultura familiar para mulher, e eu coloquei um assessor meu, em Rondonópolis, para montar o PRONAF Mulher para as mulheres trabalhadoras lá, e é a coisa mais difícil do mundo. Tem o programa, mas o Governo não coloca em prática!

Por que o Banco do Brasil autoriza o PRONAF C, que é um PRONAF para investir nas pequenas propriedades e, na hora de colocar em prática, não coloca? Porque lá tem servidor público do Banco que é uma pessoa com a visão elitizada, e é melhor pegar o dinheiro do Banco do Brasil e financiar um grande fazendeiro do que três mil pequenos produtores rurais, porque dá trabalho, gente!

Então, eu quero colocar para vocês que esse processo é extremamente complexo. E digo isso porque estou vivendo o dia a dia da realidade e da nossa sociedade. E quero aqui colocar, para cada uma de vocês mulheres, que nessa discussão da mulher eu concordo com isso, da violência contra a mulher, mas quero que vocês incluam a violência contra as minorias e contra os

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA**  
**MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

excluídos num todo. Na minha opinião, a pessoa analfabeta já é discriminada várias vezes. Ela é discriminada porque não pode estudar, e depois ela é discriminada na vida porque não consegue nada, por ser analfabeta. Então, ela é excluída da sociedade desde quando nasce, cresce e torna-se excluída para sempre.

Você quer um financiamento na Caixa Econômica? Você tem que provar que tem garantias. Quem prova garantia para conseguir um financiamento na Caixa Econômica? Quem prova garantia para conseguir um financiamento do FCO, que é o dinheiro mais barato que tem? É só essa elite!

Daqui a alguns dias vai ocorrer o AGRISHOW Cerrado em Rondonópolis, onde estará toda a elite da sociedade de Mato Grosso. Só no ano passado, em minha cidade, eu sou de Rondonópolis, foram vendidos quinze aviões para pulverizar fazendas. E também um monte de máquinas colheitadeiras, com GPS, todas informatizadas. Sabem o dinheiro de quem é? Dinheiro público do Banco do Brasil, do FCO, que é o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que tem juros de 8% ao ano, e se a inflação é de 10%, cada ano o dinheiro vale menos. Mas quem tem acesso a isso?

Então, se você quer dar dignidade a uma família, dê qualidade de vida para ela, para o pai de família, para a mãe de família, para o trabalhador, para o seu filho. O que eu quero para este país é mais justiça social.

Eu estava conversando no avião hoje, desabafando e cheguei a colocar o seguinte: a única pessoa que eu acredito que ainda pode fazer essas mudanças de paradigma é o Presidente Lula. Se ele não fizer, quem vai fazer? Já se passaram 30% do Governo dele, e não estamos conseguindo desapropriar as terras públicas. Vocês sabiam disso? Seis milhões de hectares de terras públicas estão nas mãos da elite, e nós não conseguimos desapropriar. Sabe por que não conseguimos? Porque os Desembargadores do Tribunal Regional Federal, em Brasília, derrubam as liminares e assentam no processo, reconhecem que é terra pública, mas vão julgar daqui a três ou quatro anos, porque eles têm prerrogativa, esse Poder Judiciário podre que nós temos hoje, prerrogativa de julgar daqui a três ou quatro anos (PALMAS)... E segurando todo o processo histórico de Mato Grosso em relação à desapropriação de terras públicas. Isso mexe com a estrutura da família...

Vocês estão entendendo onde eu quero chegar? Muitas vezes eu sou uma voz sozinha na Comissão de Constituição e Justiça, aqui na Assembléia Legislativa, nos meus dois mandatos, dando parecer contrário, porque todo dia chega processo de regularização de dois ou três mil hectares de terras para os grandes fazendeiros. Eles estão comprando terra do Estado a preço de banana, enquanto não conseguimos, na Justiça, resolver o problema dos assentamentos. E a Constituição da República diz em seu art. 185 que as terras públicas têm que ser utilizadas prioritariamente para atender a política social e a preservação ambiental.

Nós vivemos em meio a muita hipocrisia. Se não mudar a estrutura deste país, nós veremos mais desigualdades, nós veremos as mulheres nessa situação em que estão, violentadas, devido à política pública que está aí; com o homem violentado, devido à política pública que aí está. E essas minorias jamais são revistas...

Então, eu quero parabenizar por esta audiência pública. Eu acho que este é um debate que nós temos que travar. Este é um momento de reflexão, porque nós temos que passar para os nossos filhos e para os nossos netos um país melhor. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Hoje pela manhã um jornalista fez um comentário comigo. Nós passamos pela Jornada de Luta das Mulheres do Movimento Sem-terra, e ele fez um comentário sobre a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

mobilização ocorrida na semana passada aqui na Assembléia Legislativa, dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, naquele dia em que o projeto foi à votação e os nossos educadores se levantaram e começaram a cantar o Hino Nacional. Eles somente cantavam o Hino Nacional, acabavam, cantavam o Hino Nacional novamente, era uma forma de se manifestarem. Isso fez com que o Presidente naquele momento evacuasse as galerias, e foi criada toda aquela questão em relação aos professores.

Eu estou colocando isso para dizer que a questão da organização é fundamental. Eu vejo aqui a companheira Madalena e a companheira Vera Bertolini enfocando essa questão, e o que os Deputados e a Deputada, os Parlamentares têm encaminhado sobre essa questão da luta das mulheres, suas reivindicações, etc.

Eu não vou falar pelos outros. Eu vou falar por mim. Eu, Madalena, gostaria de dizer que no ano passado nós fizemos várias audiências públicas aqui na Assembléia Legislativa, divulgadas pela imprensa, chamadas pela imprensa, e teve dia que não pudemos fazer audiência porque as pessoas não estavam presentes para discutirmos. Nós discutimos saúde, nós discutimos educação, segurança, o orçamento como um todo, etc.

Eu estou fazendo essa ponte da importância da organização, porque, assim como os educadores estiveram aqui na semana passada e foi visível a participação deles neste Parlamento, inclusive tornando pública uma reivindicação, é preciso que nós, mulheres, também nos organizemos. É preciso que nos organizemos através das nossas entidades, permanentemente dentro do Parlamento, em relação ao Poder Executivo, em relação ao Poder Judiciário. E nós precisamos fazer isso não só no dia 08 de março, nós precisamos fazer isso de uma forma anual, contínua, de fato, presente. Quantas questões foram levantadas aqui hoje que estão no dia-a-dia nosso, e nós não precisaríamos repetir novamente aqui.

Essa questão da violência, por exemplo, nós vemos toda semana matéria nos jornais denunciando a violência contra crianças, adolescentes, mulheres, negros, índios, quer dizer, todo tipo de violência. Na verdade, não somos minorias, somos maioria, somos as ditas minorias que, na verdade, são maioria.

Então, é preciso que o Parlamento, que a Assembléia Legislativa, junto com o Poder Executivo, estejam, de fato, implementando algo que corrija essas distorções ou essas diferenças.

Nós votamos o orçamento aqui, Madalena, no ano passado, no final do ano, que é um orçamento que puxa o eixo do Estado para a infra-estrutura, porque a maioria das ampliações de recursos foi na parte de infra-estrutura, de estradas e habitação. Mas, na verdade, se você for focar a parte infra-estrutural, a maioria é estrada, enquanto que no setor social do orçamento, educação, saúde, segurança pública, a própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, na verdade, não foram ampliados os seus recursos. O turismo, por exemplo, que é gerador de emprego... Nós tivemos as defensorias públicas, por exemplo, que hoje têm que existir. Nós estamos defendendo que tenha um Defensor Público, pelo menos, em cada município deste Estado.

Quando recebemos o orçamento, os recursos eram inferiores, Dr. Mário, em relação a 2003. Então, são questões como essas que na hora em que está sendo discutido o orçamento, políticas públicas, nós precisamos ter as entidades, os nossos companheiros e companheiras presentes aqui, tendo essas informações, inclusive para fazer proposições, denunciar e modificar, como nós conseguimos muitas vezes.

Então, eu queria fazer esse comentário porque temos que superar o dia 08 de março. Não dá mais para ficarmos apenas no dia 08 de março. Nós precisamos ter ações todos os dias, diariamente, cotidianamente, em relação a essa questão da mulher, porque senão ficaremos todo ano, no dia 08 de março, só denunciando, protestando, reclamando...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu sei que a companheira Madalena, a companheira Vera e outros companheiros, nos seus locais de trabalho, têm atuado, nós sabemos disso. Mas só isso, hoje, não está conseguindo reverter o quadro. Nós vimos ser explanados aqui, em várias falas, dados sobre a violência do Estado, a violência contra a mulher, a questão do desemprego, a inclusão da saúde da mulher, a mulher trabalhadora rural, etc.

Então, eu tenho aqui esses projetos que apresentamos no ano passado na Assembléia Legislativa. Todos vetados pelo Governador, todos. Propomos criar uma coordenadoria da mulher na Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, propomos a realização de cirurgia plástica reparadora de mama nas mulheres pobres, propomos um programa de bolsa amamentação como incentivo às mulheres amamentarem seus filhos, programas de criação e geração de empregos para a mulher, a questão do aleitamento materno...

O Dr. Mário Roberto estava falando na questão da violência doméstica e nós propomos que toda notificação, que todo encaminhamento médico, psicológico e assistencial, em hospital público ou da rede privada, fosse notificado imediatamente. Propomos, inclusive, que fosse feito pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, para transformar isso numa notificação ao agressor - também vetado.

Propomos que as farmácias passassem a vender comprimidos e cápsulas não em caixas, mas individualmente. Porque, muitas vezes você precisa só de quatro comprimidos, e tendo de comprar uma caixa com oito, não tem dinheiro para comprar o remédio. Ficam lá os quatro que muitas vezes acabam vencendo.

Estou citando isso só para dizer que nós como única mulher, por enquanto, aqui na Assembléia Legislativa, muitas vezes nos sentimos na solidão. Na solidão política. Porque as agressões que recebemos, aqui, às vezes não são divulgadas, mas as sofremos, aqui na Assembléia Legislativa, sendo mulher, sendo Parlamentar, tendo que enfrentar o poder, que é essencialmente masculino, muitas vezes não só na questão de gênero, mas também, na questão política e ideológica. São enfrentamentos que fazemos e que precisamos dar publicidade, inclusive, discutir essa questão do poder político exercido pela mulher.

Por que as mulheres hoje muitas vezes não se candidatam? Não é porque elas não querem. Pensem bem - quem é mulher aqui, sabe o que estou dizendo -, uma mulher tem que acordar, dar café para seu filho, leite, mandar para a escola, dar almoço, ajudar na tarefa, cuidar da casa, cuidar bem do marido, fazer comida, trabalhar, e no trabalho tem que ser uma excelente profissional. Se ela participa de uma entidade sindical, de uma entidade associativa, tem que ser uma boa militante, porque, senão, quando chegar em casa o marido vai falar mal dela, que ela não faz nada, que está na rua só "batendo perna". Se ela resolve, então, ser uma Parlamentar, mais cobrança ainda.

Então, imaginem a carga para nós mulheres, hoje, exercermos qualquer representação política. Não é fácil. Nós ficamos em paranóia. Nós ficamos, na verdade, sempre com aquele sentimento de culpa, achando que se o filho - eu já falei isso em outros locais - no futuro tiver algum problema, nós vamos dizer: quem mandou eu me meter em vida pública? Se eu tivesse ficado em casa, cuidando dele, ele não seria assim. Então, nós ficamos antecipando, por quê? Porque nós carregamos toda carga de responsabilidade só nossa. Como se só a mulher tivesse a obrigatoriedade de encaminhar o filho, e o companheiro, não.

Então, não basta discutirmos a questão de gênero, sem discutirmos as nossas relações humanas, companheiro e companheira em casa. Se nós dividirmos a responsabilidade do filho, etc... Então, gente, é muita mudança, é muita coisa para acontecer, e isso não se dá num estalar de dedos. Isso se dá com muito enfrentamento, Madalena.

Mas eu vejo que nós sentimos...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu falo assim: Nós, mulheres, esperamos dois mil anos para chegar onde chegamos. É muito tempo dois mil anos. Agora, o que foi feito nesses dois mil anos? Quantas mulheres queimadas? Quantas mulheres torturadas?

Mulheres estavam falando, agora, que muitas vezes a companheira vai lá e denuncia, mas quando ela chega em casa, recebe uma pressão tão grande que ela vai lá e é obrigada a retirar a queixa. Porque senão, se brincar, ela vai morrer. Então, é isso. A luta é grande.

Que nós façamos desse 08 de março um momento realmente para nós estarmos superando tudo isso. Mas nós não vamos fazer tudo isso sozinhos, cada um no seu espaço. É conjuntamente, todo dia, cotidianamente, sendo solidário, se socializando - não centralizando poder -, para nós mudarmos as coisas.

Então, as questões estão dadas, e nós queremos ajudar nesse processo. Estamos à disposição dos companheiros e companheiras. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Passaremos a palavra ao Vereador Domingos Sávio e, na seqüência, abriremos para as perguntas nas platéias. Já tem oito inscritos.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Eu só queria aproveitar para fazer um convite antes, Vereador Domingos Sávio.

Amanhã, nós estaremos saindo com uma caravana para Brasília, às 08:00 horas. Nós distribuimos um panfleto... Nós estamos defendendo e divulgando um projeto da Deputada Lucy Choinacki, de Santa Catarina, que é a aposentadoria para as donas de casa. Então, amanhã, nós vamos sair com essa caravana, às 08:00 horas. Quem quiser vir aí, nós vamos estar divulgando. A companheira Graça será a coordenadora dessa caravana. Quarta-feira vai ter uma marcha das donas de casa em Brasília. Nós estamos empenhados. Essas senhoras que dedicaram a sua vida à família, a casa, pessoas muitas vezes doentes, hoje, acabam falecendo sem ter nenhum benefício.

Então, nós pedimos o apoio de vocês e, depois da marcha, nós precisamos percorrer os bairros, nós precisamos divulgar nos bairros, para ganharmos o apoio da população. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Vereador Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Eu quero, em primeiro lugar, agradecer por estar participando da Mesa, quero parabenizar o Deputado Ságuas por estar à frente desta Audiência Pública e parabenizar, em especial, todas as mulheres em nome da Deputada Verinha Araújo, a única representante mulher da Assembléia Legislativa.

E, pegando um pouco o gancho do que a Deputada falou da questão da discriminação das mulheres, que vem desde 1857 quando, aproximadamente, duzentas mulheres tecelãs, que trabalhavam em fábricas foram fazer um manifesto. O dono da fábrica a fechou e ateou fogo nas mulheres.

Nós vimos o absurdo que era a um tempo atrás e nós sabemos que evoluiu muito a questão da mulher. Sabemos que tem muito, ainda, para evoluir na questão da discriminação, na questão da violência - são os problemas que mais assolam - e, também, no meio do mercado de trabalho, porque há uma dificuldade maior para as mulheres entrarem no mercado de trabalho pela discriminação. E, quando entram, ainda sofrem o assédio sexual que, hoje, nós sabemos que está acontecendo muito.

Mas, nós também queremos aproveitar e dizer que nós também estamos fazendo parte dessa marcha. A Deputada Verinha Araújo começou essa briga em nível estadual, e eu, o Vereador Domingos Sávio, também encampei essa luta em nível municipal. Nós estamos, hoje, finalizando o nosso dia na Praça da República, coletando as assinaturas e, também, estamos seguindo nessa marcha até Brasília para fazer parte, para somar com as mulheres que estão saindo daqui à luta de um benefício justo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Sabemos que a aposentadoria das donas de casa é uma luta justa, é um direito justo das mulheres, por isso encampeei esse comitê em nível municipal, juntamente com a Deputada Verinha Araújo.

É muito interessante eu estar aqui falando. Eu fui Assessor da, então, Deputada Estadual Serys Slhessarenko e, hoje, Senadora por quatro anos. E, nesse período que fui Assessor da Senadora, eu aprendi muito, principalmente com relação aos direitos da mulher. Acho que todo homem sabe, participa, mas a fundo mesmo é quando se começa a andar com uma mulher, que está no meio e que sofre várias pressões por todos os lados, que se acaba aprendendo muito.

Em uma dessas palestras a que fui com a Senadora, ela sempre falava uma frase, ela sempre brigava, e está aqui a nossa companheira Conceição, que é assessora dela. Ela sempre falava e, quando ela começava a falar, eu falava: Senadora, eu até termino essa frase, porque eu sempre a ouço, é uma frase que me chama atenção. Ela sempre dizia: “Nós não queremos ser mais do que os homens, mas também não queremos ser menos, queremos ser iguais, queremos ser tratadas com igualdade.” Isso sempre me chamava atenção nas nossas andanças.

Quero aproveitar para dizer que na ultima sessão da Câmara Municipal de Cuiabá foi aprovado o Conselho Municipal das Mulheres. Foi um projeto do Executivo, mandado à Câmara e aprovado por todos os Vereadores e Vereadora da Câmara Municipal de Cuiabá.

Também quero fazer um convite a todas as mulheres para estar participando desse Conselho Municipal, ao qual eu apresentei uma emenda, que foi aprovada a pedido da nossa companheira Marilene, da Associação das Mulheres. Essa emenda incluía a Associação das Mulheres, que está organizada em mais de cento e cinquenta bairros hoje. Isso é mais uma prova de que as mulheres estão se organizando. Nós aprovamos essa emenda lá na Câmara, em benefício das mulheres que estão organizadas nos bairros da Capital.

Hoje, nós temos mais de cento e cinquenta bairros organizados, para onde a Associação das Mulheres leva cursos, palestras. É uma organização para os bairros.

Nós discutimos, mas a discussão geralmente fica mais em cima, e nós queremos também que chegue à base, às mulheres da periferia da nossa Capital, porque a maioria dessas mulheres tem pouca informação dos seus direitos. Nós sabemos que é lá na periferia, é lá nos bairros carentes, que a mulher sofre uma maior repressão.

Com relação à repressão, uma vez uma companheira estava comentando numa roda que ela e o marido trabalhavam e tinham um casal de filho. Então, ela ia para o trabalho e ele também ia para o trabalho - a mulher para um lado e o homem para outro. Quando os dois chegavam do trabalho, o homem chegava, tirava sua roupa, estendia o pé na sua cadeirinha, ligava a televisão, abria a latinha de cerveja e ficava tomando uma cervejinha assistindo ao Fla-Flu; a mulher ia para a cozinha preparar a janta do filho, cuidava da tarefa do filho, depois arrumava a casa, colocava o filho para dormir e depois os dois descansavam. Isso foi se estendendo ao longo do tempo. Chegou um dia que ele chegou do serviço, tirou a roupa, abriu sua latinha de cerveja; e ela tirou seu casaco, sentou-se ao lado dele e também abriu uma latinha de cerveja. Ele virou para a mulher e falou: “Uai, mas e aí, e o nosso filho, você não vai preparar a janta do nosso filho, você não vai ver a tarefa de escola dele? Ela falou: “Espera aí, por que só eu? Hoje é você que vai fazer isso. A partir de amanhã, vão ser dias alternados. Por que somente eu, se também chego do serviço cansada, igual a você? Por que somente eu vou para a cozinha e cuido da tarefa do nosso filho?” Então, ele falou: “Bem, realmente, mulher, você tem razão. Por que não?”

Então, vocês vejam que nós convivemos muito com isso.

Quero parabenizar vocês por este dia. Quero me colocar à inteira disposição de vocês, mulheres. Lá na Câmara Municipal, é importantíssima a participação das mulheres. Há diversos segmentos que estão participando desse Conselho e nós queremos chamar essa discussão



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

também, Deputado Ságuas, Deputado Zé Carlos do Pátio e Deputada Verinha Araújo, para a Câmara Municipal de Cuiabá. Eu quero me colocar à inteira disposição de vocês, mulheres, em qualquer que seja a luta, porque vocês são merecedoras. Eu quero os meus parabéns deste dia se estendam para todos os dias do ano, porque todos os dias do ano são dias de vocês, são dias da mulher. Parabéns a todas as mulheres e contem conosco lá na Câmara. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Nós vamos passar para as inscrições. Cada um terá direito a três minutos para fazer pergunta ou para apresentar alguma sugestão. Nós vamos fazer as perguntas por bloco, devido ao adiantado da hora. Vamos fazer cinco perguntas no primeiro bloco, aí passaremos para a Mesa responder, e depois faremos mais cinco. Nós temos nove inscritos aqui, mas há mais duas pessoas que estão solicitando inscrição.

A primeira inscrita é a Sr<sup>a</sup> Márcia Regina Crestane, Presidente da Associação Rondonopolitana de Catadores e Recicladores de Lixo.

A SR<sup>a</sup> MÁRCIA REGINA CRESTANE - Boa-tarde a todos!

O que eu, na realidade, gostaria de ter feito... Infelizmente, a pessoa acabou de sair, senti-me até meio desesperada ali tentando mostrar que eu queria falar, mas infelizmente não fui ouvida.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - O representante da saúde, Dr. Vítor?

A SR<sup>a</sup> MÁRCIA REGINA CRESTANE - Da saúde.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - A senhora pode perguntar que nós enviaremos a ele.

A SR<sup>a</sup> MÁRCIA REGINA CRESTANE - Eu estou há dois anos aguardando uma cirurgia de tireóide. Tenho toda documentação. Fiz três vezes o risco cirúrgico. Sabem quanto a saúde já gastou comigo nesses dois anos? Mil oitocentos e noventa reais, e eu ainda não fui operada.

No começo do meu tratamento, o meu nódulo tinha três centímetros. Hoje, um tem vinte e três e o outro tem dezoito centímetros.

Eu fui até o Centro de Regulação fazer a pergunta: por que não a cirurgia? Disseram que a prioridade era o câncer. Eu perguntei se eu iria esperar até se tornar um câncer para ser operada. Moro bem ao lado. Sou de Rondonópolis. Estou há cinco meses sem trabalhar por causa desse nódulo.

Tenho um filho que, graças ao Senhor e àquele Deputado que está ali, pôde estar onde está, porque eu não tenho mais, financeiramente, condições devido a minha saúde. O meu filho é campeão estadual de judô. A mãe é que patrocina. Parei de trabalhar e ele teve que parar de treinar. Competiu seis meses, sem um dia de academia, porque não tinha quem desse. Sabe por que, senhora? Porque eu preciso de saúde pública e não tenho. Sou catadora, puxo um carrinho de papelão durante doze horas por dia e não me envergonho.

O Deputado conseguiu, graças a Deus, transferir o meu filho para Cuiabá. Hoje, ele está dentro do Corpo de Bombeiros, sendo assistido, e tem uma seletiva para o campeonato brasileiro daqui a quinze dias. Graças a Deus, há pessoas que ainda olham por nós da periferia. Eu sou da periferia. Eu moro em um dos bairros mais pobres de Rondonópolis, a Vila Mineira. Trabalho com a classe mais pobre da cidade, que é a catadora.

E a pergunta que eu gostaria de fazer a ele eu vou dirigir a senhora: primeiro eu tenho que ter o câncer para depois ser operada?

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - A próxima inscrita é a Sr<sup>a</sup> Valderez Monte Rodrigues, da Associação das Mulheres, Auditora Fiscal do Trabalho.

A SR<sup>a</sup> VALDEREZ MONTE RODRIGUES - Boa-tarde a todos!

Cumprimento a Mesa através de um homem, Deputado Ságuas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu não vim aqui fazer questionamentos ou perguntas. Eu vim aqui fazer um apelo às mulheres usando uma máxima que é filosofia religiosa. Parece-me que é o primeiro princípio: “Amai-vos uns aos outros”. Eu digo às mulheres: Amai-vos umas as outras. As nossas lutas só terão sucesso, só terão resultado quando formos solidárias umas com as outras.

Como Auditora Fiscal, eu trabalho contra a escravização do trabalhador na zona rural, embora não me passe despercebida a escravização covarde que existe nos centros urbanos.

E o meu apelo às mulheres aqui, de todas as classes, é o respeito às mulheres, às crianças e adolescentes que são escravizadas no trabalho doméstico. A realidade pouco mudou da casa grande à senzala. As crianças, mulheres e adolescentes continuam prestando seus serviços para o nosso conforto, para a nossa capacidade de produzir lá fora; continuam vítimas de uma educação capenga, quando têm oportunidade; continuam vítimas do assédio, às vezes, pelos patrões, pelos maridos e, às vezes, pelos filhos adolescentes, adultos ou inconstantes.

O meu apelo como Auditora Fiscal, pela vivência, é às mulheres doutas e às mulheres mais simples. Vou dizer por quê. Porque muitas mulheres que eu vejo lutando contra o trabalho infanto-juvenil levam para suas casas adolescentes pobres, como se fossem beneméritas da sociedade. Levam adolescentes pobres que não são respeitadas sequer pela sua pouca idade, pela sua pouca capacidade emocional e física para o trabalho.

E qual o meu apelo? É que cada uma de nós, a partir de hoje, reflita durante todo ano os erros que cometem em relação a outras mulheres.

O trabalho infanto-juvenil é a forma mais covarde, é a semente mais forte da escravização da sociedade.

E a mulher - e aqui eu me solidarizo com as palavras da Maria Luiza... Eu fui educadora, comecei o meu primeiro trabalho como professora primária em escolas públicas da cidade de Guajará-mirim, em Rondônia, e sei o que é a evasão escolar, o que é o pouco aproveitamento de uma menina ou de uma adolescente, ou mesmo de uma adulta na escola. As mulheres ... Isso aqui não é uma característica das mulheres que não tiveram educação, não, é uma característica cultural. As meninas quando chegam em casa... É aquela história que o Deputado Ságua falou, os meninos vão jogar bola, vão fazer isso ou aquilo, e as meninas vão fazer tudo aquilo que as mães não puderam fazer durante o dia.

Outra coisa que a sociedade precisa é estar atenta. Eu chamo as mulheres à responsabilidade, porque a nossa é maior. Nós criamos homens com mentalidades totalmente atrofiadas e desapropriadas, porque poupamos os nossos filhos de uma educação correta. E nós, a maior parte, não temos o mínimo respeito pela sua companheira empregada doméstica, seja adolescente, seja criança ou adulta.

Eu vejo muita gente dizer que a doméstica é um mal necessário. Isso é uma falta de respeito e todas nós precisamos refletir, médicas, advogadas, funcionárias públicas, trabalhadoras rurais. É como digo: letradas ou analfabetas.

A solução para os problemas das mulheres e da sociedade passa necessariamente pela mudança de mentalidade e pela mudança da educação. Por isso quero prestar minha solidariedade aos profissionais da educação deste Estado, porque o nosso país inteiro carece de um olhar respeitoso e sério sobre os modelos de educação implantados. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Maria Ferreira de Souza, Presidente do Conselho do Projeto de Assentamento Forquilha, de Rosário Oeste.

A Sr<sup>a</sup> Verinha Araújo - Eu quero aproveitar, antes que a inscrita venha ao microfone, a fala da Valderez, que é uma companheira lutadora contra o trabalho escravo no Estado de Mato Grosso, e dizer que estamos articulando aqui na Assembléia Legislativa uma audiência

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

pública sobre o trabalho escravo, inclusive para denunciarmos isso. Mato Grosso é o terceiro Estado no País importador/exportador de mão-de-obra escrava. Isso é muito sério.

A Valderez é uma companheira que, inclusive eu não a conhecia pessoalmente, mas há alguns dias aqui na Assembléia Legislativa utilizamos aquela matéria do *Diário de Cuiabá* em que você apresentou dados sobre essa situação de Mato Grosso, que é vergonhosa.

Quando nós falamos aqui hoje no dia 08 de março, precisamos refletir sobre mulheres que estão nessa situação em várias áreas rurais do Estado com fazendeiros, na mão de fazendeiros. E eu quero fazer uma homenagem a você, hoje, por essa sua luta incessante como Auditora Fiscal do Trabalho. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a próxima inscrita, Sr<sup>a</sup> Dalete Soares de Souza, Presidente do Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande.

A SR<sup>a</sup> DALETE SOARES DE SOUZA - Boa-tarde a todos.

Em Várzea Grande vivemos uma outra realidade, porque Várzea Grande é uma cidade dormitório e as autoridades ainda não pensaram na nossa necessidade de ter uma Delegacia Especializada da Mulher, embora já tenha sido aprovada em 2000, através de projeto de lei apresentado pela então Deputada Serys Silhessarenko, e até hoje não temos uma Delegacia Especializada da Mulher, e sofremos muito com isso.

Não podemos ainda dizer, como disse o Juiz Dr. Mauro: “Graças a Deus temos uma Delegacia”. Podemos dizer, sim: “Graças a falta de vontade política, ainda não temos uma Delegacia Especializada da Mulher. Então, é isso que eu queria questionar (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Miriam Botelho Petrenko, Secretária Estadual de Mulheres do Partido dos Trabalhadores.

A SR<sup>a</sup> MIRIAM BOTELHO PETRENKO - Companheiro Deputado Ságuas, em seu nome eu cumprimento os homens que se fazem presentes na mesa, os homens que estão presentes na plenária, poucos, os nossos filhos, netos, porque eu já sou vovó também, nossos maridos, nossos amigos que são parceiros nossos, companheiros durante toda a nossa jornada. Em nome da companheira Deputada Verinha Araújo, saúdo as mulheres da mesa e em nome da companheira Evanilda todas as companheiras que estão nas galerias.

Eu quero dizer que a construção do mundo solidário e fraterno que nós queremos tem que ser uma luta de todos e de todas nós, homens e mulheres. Não só neste dia 08, neste ano, mas em todos os anos e em todos os dias. Com isso, companheiros e companheiras, eu quero dizer que a construção dessa solidariedade é uma responsabilidade muito mais de nós mulheres, inclusive ocupando as instâncias de poder, os espaços de decisão de poder, porque é só neste lugar que nós teremos como intervir na construção das políticas que terão um recorte de gênero: política de saúde voltada à saúde da mulher, a política de educação, a política de inclusão da mulher no mercado de trabalho, a política agrária, a política de combate à violência e todas as demais políticas.

Eu vou dizer também que de nada vai ter adiantado toda a luta da mulher, primeiro, do direito de ir e vir, de votar e ser votada, de acesso ao mercado de trabalho e ao trabalho assalariado, de participação nos movimentos sociais, nos partidos políticos, no Parlamento, no Executivo e no Judiciário, inclusive o direito de ela dirigir o seu próprio lar; de nada terá adiantado se nós mulheres não ocuparmos os espaços de decisão, os espaços onde realmente toda decisão política acontece.

Nós, mulheres, temos hoje um Governo Federal que tem uma preocupação especial com a mulher, criou, inclusive, a Secretaria Especial da Mulher, no início sob a direção da companheira Emília Fernandes, hoje sob a direção da companheira Nilcéia Freire. Agora, é necessário que nós tenhamos a capacidade não só de nos organizarmos nesse dia, mas, inclusive, de participar de todos esses eventos que ocorrerão agora: das plenárias, das assembleias municipais e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

regionais, que estarão elaborando as políticas de saúde e de educação para a mulher no Governo Lula.

E essas políticas serão discutidas na conferência estadual e na conferência nacional, que servirão de parâmetro para a construção das políticas que foram compromisso do Governo Lula e que têm condições de ser implementadas neste país, mas, para isso, é necessário que cada uma de nós, mulheres, cheguemos em nosso município e coloquemos o nosso nome à disposição do partido político do qual fazemos parte, que coloquemos o nosso nome como candidatas a vereadoras, como candidatas a prefeitas e vice-prefeita, porque é só ali que nós teremos poder de decisão. Se não for ali, companheiras, nós teremos que deixar sempre alguém decidindo por nós. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Marilene Guimarães, presidente da Associação de Mulheres de Mato Grosso.

Antes de a Sr<sup>a</sup> Marilene Guimarães falar, eu gostaria de passar um informe: o Deputado Riva não pôde estar presente porque ele está discutindo a questão do SINTEP no Palácio Paiaguás, segundo informação que acaba de chegar agora.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Marilene Guimarães, que dispõe de três minutos.

A SR<sup>a</sup> MARILENE GUIMARÃES - Por que nós temos três minutos e não cinco minutos, se todo mundo teve cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu posso ficar até meia-noite aqui, não tem problema nenhum, mas nós temos os funcionários da Casa, nós temos horário de iniciar e de terminar, nós temos um teto para concluir, para não prejudicar as pessoas que ficarem inscritas por último, porque se nós formos até mais tarde, vai diminuindo a presença das pessoas, e é importante que todos possam falar e todos possam ouvir também.

Por isso que foram estipulados três minutos, porque teoricamente, em decorrência do público presente, tem uma quantidade muito maior de pessoas para falar que o número de palestrantes. E todos fazem parte do debate, das discussões sobre o Dia das Mulheres.

A SR<sup>a</sup> MARILENE GUIMARÃES - A companheira que acabou de falar pediu que as mulheres ocupassem o espaço, por isso eu reivindiquei meus cinco minutos.

Boa-tarde para todos os componentes da Mesa em nome da Deputada Verinha e todas as companheiras presentes também.

Como o Deputado colocou, eu sou presidente da Associação de Mulheres de Mato Grosso. No começo eu achava muita responsabilidade falar em nome das mulheres do Estado de Mato Grosso, mas hoje eu já tenho bastante segurança para falar em nome dessas mulheres. Gostaria que o representante da Secretária de Educação estivesse aqui neste momento, para que eu pudesse me dirigir diretamente a ele, e não a nossa companheira Valdete, que já é nossa parceira há longos anos.

Foi colocada aqui a questão da saúde, dos problemas das mulheres. E uma coisa que eu queria colocar é que a Secretaria de Saúde, principalmente a estadual, tem uma proposta, um programa, e esse programa só fica no papel, pelo que eu tenho conhecimento, ele só fica no papel, porque eu estou lá nos bairros com as mulheres, fazendo visitas, organizando, tentando discutir com elas o que é violência contra mulher, o que é organização, o que é movimento, principalmente a questão da saúde, e lá a reivindicação maior é posto de saúde, é o programa de saúde da mulher. Então, isso só está no papel, por que lá nos bairros não tem nada.

Gostaria de colocar também a questão da delegacia da mulher, porque o índice de violência contra a mulher é muito maior que esse que passa pela delegacia, porque, primeiro, a delegacia em si já é uma violência contra a mulher. Por que ela já é uma violência contra a mulher?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Porque a própria delegacia não tem estrutura. Não tem uma psicóloga dentro da delegacia que seja funcionária da casa. Essa é uma questão séria.

E quanto à questão da humanização, as nossas colegas lá dentro da delegacia, muitas vezes, o jeito delas, já por elas serem seguranças, como elas vêm receber, como elas fazem a recepção dessas mulheres, já as deixam com medo. Então, o que elas fazem? Elas vão até a associação e nos colocam que têm medo de ir para a delegacia. E muitas vezes, chegando lá, o companheiro está lá junto com ela, lá dentro da própria Delegacia da Mulher. Essa é uma questão que está colocada pelas mulheres, dentro da associação, principalmente nos bairros, onde se convive diretamente com isso, Sr<sup>a</sup> Delegada. Não é que estejamos colocando que o problema é a delegacia. Não, o problema é a situação da própria delegacia. É como a presidente do Conselho colocou aqui, que as coisas da Delegacia são restos. O que sobra é da Delegacia da Mulher.

Então, essa é a questão que nós temos que estar discutindo, e isso é discutido lá no bairro com as mulheres. Quando o vereador coloca, aqui, que são cento e cinquenta bairros, são cento e cinquenta bairros de mulheres organizadas, realmente. Nós estamos lá organizando essas mulheres e fazendo a discussão. E o que acontece? Quando nós vamos discutir, quando a Assembléia Legislativa, a Câmara vão discutir qual é o papel de cada uma, é complicado. Porque, como é que nós vamos trazer aqui - sabendo do que aconteceu na última votação quando os professores vieram aqui -, se eles que colocaram os Deputados aqui dentro, são convidados a se retirar, porque estavam tendo um ato do que é o papel da Assembléia Legislativa, do que é o papel do Deputado aqui dentro, e são convidados a se retirar.

Então, essas são as questões que nós discutimos lá e que as mulheres estão discutindo. Elas estão de olho na situação de como é a proposta que é passada para nós, enquanto cidadãos, e o que é cidadania. E, principalmente, nós não queremos discutir só o Fome Zero. Queremos discutir o emprego, o desemprego zero. Isso, sim, nós queremos discutir. Não só o Fome Zero, não. Porque de barriga vazia nós estamos há anos e anos. Esse salário de duzentos e quarenta reais não enche a barriga de ninguém (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Michelle Burginsk, da NUEPOM-UFMT.

A SR<sup>a</sup> MICHELLE BURGINSK - Boa-tarde a todas e a todos!

Eu quero cumprimentar a Professora Madalena, eu não sei se ela está aqui...

(NESTE MOMENTO, A PROFESSORA MADALENA ACENA DA MESA.)

A SR<sup>a</sup> MICHELLE BURGINSK - É uma professora da Universidade Federal de Mato Grosso, do curso de serviço social, que é uma jóia rara na questão da mulher. Tem uma oficina que fala sobre gênero, alguma coisa. E ela sempre está lá nos representando.

Eu sou Michelle Burginsk, como o Deputado já havia falado, eu sou graduanda do Curso de Serviço Social, faço parte do NUEPOM - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Organização da Mulher. Atualmente, há dois anos, eu sou estagiária do curso de serviço social, estágio curricular na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher.

Eu vou começar falando - pegando o eixo que a Professora Madalena falou - que em mulher não se bate nem com flor. Mas lá eu vejo martelada, porrada, paulada e, muitas vezes, elas chegam lá abaladas psicologicamente, porque quando já chegou na paulada e na porrada, o psicológico dela já acabou.

A companheira Dalette - não sei se está aí - falou que em Várzea Grande nós não temos Delegacia Especializada da Mulher. Aqui em Cuiabá nós temos uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, "especializada", entre aspas, porque é uma delegacia precarizada, é uma delegacia que não atende às expectativas do movimento feminista para que foi criada. Nós não temos um disque-denúncia. Por várias vezes nós atendemos mulheres lá - e isso eu já senti na pele

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

porque elas falam. Eu conheço quatro mulheres do meu bairro que são violentadas pelos seus maridos, mas eu não tenho como denunciar, a quem recorrer, o que fazer.

Então, o número de mulheres que denunciam, gente, é só de 10%. E não basta levar ao Juizado Especial, sendo que depois ela vai desistir, porque ela não tem estímulo. A auto-estima dela não existe.

Nós as encaminhamos para o IML, que é fora da delegacia, e muitas delas reclamam para nós que se sentem estupradas por duas vezes. E aí eu peço que o representante da saúde olhe essa questão do IML. Porque muitas chegaram a mim e disseram: “olha, Michele, eu tenho vontade de desistir de continuar com esse caso, porque eu me senti estuprada por duas vezes”.

Eu não quero mais ver uma mulher sentar na minha frente, contar que não tem dinheiro do vale transporte para deslocar-se ao IML, do IML para a delegacia, e da delegacia para a Defensoria Pública para conseguir um advogado, para fazer o pedido de separação. Ela não tem condições! Nós não temos, eu não tenho como encaminhá-la para algum programa, para alguma política pública que dê suporte para essa mulher nessa questão.

Aí eu pergunto para vocês: o que fazer? O único trabalho que nós temos, lá na delegacia, é ouvir essa mulher, é acompanhá-la. Algumas eu estou acompanhando em alguns casos, inclusive, no Juizado Especial. Mas eu quero que vocês, mulheres, se unam e digam o que faremos com isso. Será que vamos continuar assim? Não basta dizer que tem uma delegacia, que tem um Juizado Especial, que temos políticas públicas de saúde para a mulher no papel, porque nada funciona, não existe na realidade. No Estado de Mato Grosso não existe.

Eu convido os senhores a refletir e a unirem-se, porque o que a Vera Bertolini, minha orientadora, falou aqui, é verdade. A delegacia tem a cara de nós mulheres de Mato Grosso que não estamos nos unindo, que não estamos dando visibilidade a essa questão da violência contra a mulher. O segundo maior caso de morte de mulheres é o homicídio.

Então, se não nos unirmos, nada melhorará (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu só quero dizer que os membros da mesa terão direito a falar. Houve duas intervenções que precisam de respostas, então, eu vou deixar para o final. As pessoas estão mais fazendo intervenção do que perguntas. E aí faremos uma intervenção final, em que todos da mesa terão essa oportunidade.

A próxima inscrita é a Sr<sup>a</sup> Elisione Aparecida Rosa, da Associação de Moradores Rurais de Novo Horizonte.

A Sr<sup>a</sup> Sílvia Virgínia Biagi Ferrari (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu posso responder para o pessoal não esquecer o que foi dito, para termos uma certa segurança.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - A Dr<sup>a</sup> Sílvia Virgínia quer responder um questionamento.

A SR<sup>a</sup> SÍLVIA VIRGÍNIA BIAGI FERRARI - Em primeiro lugar, eu não sou autorizada a falar pela Diretoria, mas eu quero dizer que em Várzea Grande há um Departamento da Delegacia da Mulher dentro da Delegacia Regional. Todas as pessoas que vêm a Cuiabá - porque, às vezes, acham que tendo uma Delegacia Especializada da Mulher em Cuiabá, esta tem que atender Cuiabá e Várzea Grande -, nós encaminhamos ou para lá ou para a delegacia do bairro.

Quanto ao fato de não ter estrutura, hoje já está sendo criada uma estrutura. Inclusive, nós ganhamos móveis novos. Todos os móveis velhos já foram aposentados. Nós estamos com móveis novos, chegaram os computadores. Quanto aos policiais, se alguma mulher achou que foi mal atendida, eu gostaria que nos procurassem. Tanto eu, como a Dr<sup>a</sup> Carla estamos ali para isso. Qualquer reclamação tem que vir a nós para que possamos, se for um caso de maus tratos dentro da delegacia, punir esse policial, mandando-o, inclusive, para a Corregedoria.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA**  
**MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Quanto ao IML, realmente existem muitas mulheres que precisam do IML, assim como as que não precisam. Nós levamos de viatura, cansamos de levar de viatura as pessoas até a Casa de Amparo. Há a necessidade de ter o agressor e a vítima, às vezes, em um mesmo ambiente, porque nós precisamos esclarecer o que aconteceu, dar um encaminhamento melhor dos fatos e mandar para o Juizado Especial.

Então, quando nós mandamos para o Juizado Especial, já se tem uma noção do que está acontecendo.

À Casa de Amparo, muitas vezes, somos nós que levamos. Às vezes, nós ajudamos as pessoas indo à casa delas até para buscar roupa.

Então, se tem algum problema na delegacia, eu gostaria que chegassem a nós as denúncias, porque eu não estou sabendo...

O Sr. Zé Carlos do Pátio (FALA FORA DO MICROFONE) - Você está falando do disque-denúncia?

A SR<sup>a</sup> SÍLVIA VIRGÍNIA BIAGI FERRARI - Não. O disque-denúncia não há. Mas, existe a delegacia. Todo mundo que tem o telefone da delegacia e nos procura, nós fazemos o possível. Às vezes, estamos sem viatura na hora por estar atendendo outra coisa, mas ligamos para outra delegacia, ligamos para a Polícia Militar, nós fazemos o possível para atender melhor. Agora, eu quero deixar claro que aquilo que nos chega ao conhecimento, nós tomamos providências. Agora, aquilo que não nos chega, não tem como tomarmos providências.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - E dizer também...

O SR. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA - Só para completar. Lamentavelmente, quem fez a crítica - eu acho que a crítica é válida - sequer parou para ouvir a explicação. Provavelmente, talvez seja essa pressa que faz tirar conclusões apressadas também.

Logicamente, a Delegacia da Mulher não é um primor. Ela ficou muito tempo esquecida, mas não podemos deixar de valorizar o trabalho de quem trabalha. Eu acompanho, há cinco anos, o trabalho da Delegacia da Mulher. Sei o quanto eles fazem, o quanto os policiais que ali estão se diferenciam dos demais, porque todos os policiais deveriam ser da forma como são os da Delegacia da Mulher, ou até melhor.

Eu tenho recomendado sempre em minhas palestras que procurem a Delegacia da Mulher, que evitem procurar outras delegacias para não acontecer o que aconteceu no ano passado. Foi feita uma reclamação de violência numa delegacia metropolitana, onde foi lavrado o termo e mandaram a pessoa de volta para casa. Ele chegou em casa e matou a mulher a machadada. E lá, eles estão preparados. Podem não ter o preparo material necessário, podem até não ter número de elementos necessário, mas têm pessoas que vão saber atender as vítimas de violência doméstica e vão saber quando e a hora em que deve ser segregado aquele cidadão que está praticando, protegendo não só a vítima como também o protegendo dele mesmo, porque depois que passar aquela fase de nervosismo, do efeito do álcool, da droga, vai se arrepender, aí é tarde.

Então, muitas vezes, é preciso colocá-lo para pensar mesmo. E quando isso não chega, aí vem o pedido da própria delegacia, que prontamente é atendido.

Eu só gostaria de dizer isso, porque de repente uma crítica dessa põe a perder todo um trabalho que vem sendo desenvolvido, uma credibilidade que vem sendo desenvolvida, e novamente a mulher fica desamparada.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Eliziane Aparecida da Rosa Braitback, que dispõe de três minutos.

A SR<sup>a</sup> ELIZIANE APARECIDA DA ROSA BRAITBACK - Eu quero cumprimentar a Mesa e os demais presentes, na pessoa da Deputada Verinha Araújo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

É tão fácil falar Delegacia da Mulher, mas eu queria perguntar uma coisa: como que nós do interior, onde não existe delegacia, depois de apanharmos do marido, vamos andar 700 quilômetros para pedir socorro? Eu gostaria de saber como essa mulher vai fazer isso.

Também quero pedir para as autoridades, Deputados e Deputada, olharem para as mulheres do interior, que estão lá esquecidas. É em nome delas que hoje estou aqui, representando-as. É isso que quero pedir para os senhores, que não se esqueçam das mulheres do interior. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a próxima inscrita, Sr<sup>a</sup> Anelice dos Santos Leite.

A SR<sup>a</sup> ANELICE DOS SANTOS LEITE - Boa-tarde.

Quero cumprimentar todos da Mesa, na pessoa da Professora Madalena, com quem já tivemos um tempo de convivência no NUEPOM, e das demais companheiras, Deputada Verinha Araújo, companheira trabalhadora rural e companheira delegada.

Em nome da plenária, cumprimento uma mulher que está presente. Acompanhei sua luta como mãe, como mulher e como esposa. Venceu ao fazer um curso na universidade, o curso de Serviço Social, É a minha prima Lilian, muito bem representada, que hoje está aqui na luta da mulher junto conosco.

Eu sou professora da rede pública de bairro periférico. Quero aqui falar, talvez, sendo a porta-voz daquelas que deveriam estar aqui representadas. Tocou-se na questão da evasão escolar e, hoje, nós da escola do interior presenciamos e vivenciamos todas essas situações.

Sabe, Madalena, há o caso das meninas com gravidez precoce, que se afastam da escola quando engravidam e, depois que ganham o bebê, não aparecem mais, porque não existem políticas públicas de creches para essas meninas. Hoje vimos uma reportagem na revista *Época* em que Cuiabá está como a segunda Capital do País na questão da gravidez dos dez aos quatorze anos. Isso para nós é um dado que nós temos que estar destacando. Por quê? Porque além de essas meninas não terem creches para acomodar seus filhos, também não podem trabalhar. E muitas vezes a família que trabalha durante o dia só pode cuidar dessa criança durante à noite, que é o momento que elas vão para a prostituição, porque durante o período noturno, onde uma menina de quatorze anos, de treze anos, vai encontrar trabalho? Então, ela só tem a prostituição. Então, são essas colocações que nós, enquanto professora de escola pública, professora de bairro periférico, estamos presenciando a todo momento, e me senti na obrigatoriedade de estar aqui colocando, porque eu não vi nenhuma fala, Madalena, Deputada Verinha Araújo, de outras companheiras nesse sentido. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Evanildes dos Santos, representante do Deputado Carlos Abicalil.

A SR<sup>a</sup> EVANILDES DOS SANTOS - Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Ságuas, promotor do evento, e da Deputada Verinha Araújo, que representa muito bem a mulher mato-grossense neste Parlamento.

Estou aqui para trazer uma pequena mensagem em nome do Deputado que queria muito estar presente, mas ele está a serviço da *International* da Educação, fora do País. Ele manda um abraço especial a todas as mulheres de Mato Grosso, principalmente às mulheres aqui presentes e, em especial, àquelas mulheres que estão ali fora, tomando chuva, sol, embaixo de uma lona, em busca dos seus direitos, reivindicando aquilo que é seu, que não precisariam passar por essa humilhação, porque estão buscando um direito seu, que está escrito numa lei.

Quero parabenizar todas as mulheres, todos os segmentos das mulheres que lutam na busca dos seus direitos. Se não fosse a nossa coragem, a nossa garra, a nossa organização, a nossa união, como estaria este País, este Mato Grosso, esta sociedade? Eu acho que estaria bem precária, e



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

olha que nós lutamos. Apesar das dificuldades, nós corremos atrás. Nós nos organizamos e ainda passamos por tudo isso que passamos.

A dona de casa, a rural, a política, a profissional da educação, a assentada, a acampada, a advogada, a médica, a dona de casa que, graças à organização, está agora conquistando uma coisa maravilhosa que podemos dizer assim, que entre todas as desgraças que acontecem, entre todos os dissabores, tem, de repente, uma coisa muito satisfatória, uma coisa muito feliz, que é a organização das donas de casa. E parece que entre todas essas discriminações, a pior é a que a dona de casa fica entre quatro paredes, que ninguém vê, que ninguém sabe que a bem do lado também passa, mas que ninguém vê, cada uma do seu jeito, do seu modo, não tem coragem de romper essas barreiras como nós temos, porque freqüentamos uma universidade, participamos de movimentos sociais, estamos presentes nos eventos - e isso vai esclarecendo -, nos sindicatos, nas igrejas. Mas, tem aquela em que, entre quatro paredes, a função dela é acarinhar o filho, cuidar do filho, lavar, passar, cozinhar e, ainda ser, muitas vezes, maltratada pelo companheiro.

Então, graças à organização, essas mulheres estão conquistando uma coisa maravilhosa, que é a sua aposentadoria. Quero falar também aqui de uma dupla discriminação que nós passamos. Eu sou professora aposentada e nós, aposentados, estamos passando por uma dupla discriminação. A professora sempre foi maioria ou 100%, hoje é 80% dessa categoria mulher, ela é discriminada pela própria profissão que exerce. Professor é serviço de mulher.

Antigamente, nos idos anos, uma professora, um professor ganhava quase igual a um juiz. Hoje tem professor da rede particular, da rede pública, mesmo, que ganha um salário que não dá para sobreviver. E a professora aposentada está passando por dupla discriminação quando o Sr. Governador dá uma reposição salarial diferenciada daqueles que estão em sala de aula.

Puxa, onde é que está o respeito aos nossos 30 anos de luta, de trabalho, na construção da cidadania deste Mato Grosso, deste Brasil, quando agora estamos aposentados e temos um direito diferenciado, inferior àqueles que estão em sala de aula?

Então, é isso que eu quero colocar, a questão da discriminação a esse segmento de profissional que já atuou na construção deste Estado e, sabe-se lá, quando este Estado tinha muitas dificuldades e era um outro Estado, e que nós encarávamos com muita realidade, com muito amor e com muito carinho, na construção, talvez, na Educação de muitos presentes aqui neste plenário. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE - (SÁGUAS) - A próxima inscrita é a Sr<sup>a</sup> Silbene Santana, Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social.

O Sr. Mário Roberto Kono de Oliveira - Só um minutinho, Deputado.

Eu gostaria de pedir licença, escusas, mas vou ter que me retirar. Eu até pensei que seria rápida a minha palestra, aqui, e acabei ficando, porque, realmente, quando se fala nesses direitos, eu me emociono, e fiquei até este momento com vocês, mulheres, mas tem uma que me liga direto, já está tocando aqui direto, de que adiei o cardiologista pela quarta vez consecutiva e que hoje ela não vai aceitar. Então, eu vou ter que sair agora para me dirigir a essa consulta, que já estava marcada. Muito Obrigado. (PALMAS).

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Dr. Mário, eu fiz uma acusação dura ao Poder Judiciário, e acho que nós temos que ter uma reforma do Poder Judiciário, mas aqui não quero incluir Vossa Excelência, que é uma pessoa muito respeitada, mas acho que o Poder Judiciário deste País tem que mudar, até para que nós possamos fazer mais justiça social. Mas eu quero excluir a sua pessoa, até pelo conceito que sua pessoa tem aí. Porém, é preponderante fazer uma reflexão sobre isso aí. Muito Obrigado.

O SR. Mário Roberto Kono de Oliveira - Obrigado, eu agradeço esse elogio.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu eu posso dizer para vocês o seguinte: Todo Poder emana do povo e vive em razão dele, também assim é o Judiciário. O Judiciário tem que ser controlado, como todos os Poderes têm que ser controlados por essa população, pelos cidadãos que a mantêm, em razão da qual o Poder existe.

Eu não sou contra a reforma do Poder Judiciário, Deputado, e não sou contra a fiscalização de qualquer órgão público. Todos têm que ser fiscalizados, desde que com critérios, é lógico, mas todos têm que ser, dessa forma, observados, porque acho que todo cidadão tem esse direito. (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> SILBENE SANTANA - A questão que eu vou colocar, gostaria que o Dr. Mário também pudesse ouvir, que pena que ele está de saída.

Na verdade, não é uma pergunta, mas é uma reflexão que eu quero trazer para todos da mesa e para a plenária, também, que é com relação a um dos fatores que gera a violência contra a mulher, que também foi ressaltado pelo Deputado Zé Carlos do Pátio. Geralmente, quando nós discutimos a questão da violência contra a mulher, nós trazemos à tona a problemática das drogas e do álcool, principalmente. Repito isso porque sempre é colocado nesses momentos do dia 08 de março.

Eu coloco a seguinte indagação: será que, de fato, é este um dos principais fatores que gera a violência contra a mulher?

Eu sou da opinião de que, na verdade - aí é fundamental que vocês, que estão à frente dos órgãos de defesa dos direitos da pessoa humana, os próprios Parlamentares e nós que militamos nos movimentos sociais temos que encarar -, o que está por trás da violência contra as mulheres é a questão do machismo, sim, é o fato de vivermos numa sociedade patriarcal. Inclusive, nos exemplos que foram citados aqui, de que geralmente o cara que está alcoolizado, que está drogado comete violência, mas como explicar aquelas pessoas de colarinho branco, ou aqueles homens da sociedade que não estão alcoolizados, que não estão drogados e que espancam, que violentam, que estupram as suas crianças, porque a questão da violência contra a mulher não é prerrogativa da classe menos favorecida, mas é da sociedade como um todo; se não nós iremos perguntar como foram queimadas mais de cento e quarenta e oito mulheres, mil oitocentos e cacetadas, se os patrões não estavam alcoolizados, os patrões não estavam embriagados e nem drogados?

Então, qual é a questão de fundo? A questão de fundo é o machismo e nós precisamos enfrenta-lo. Eu sei que a resposta, a solução não é fácil, mas isso para mim é um ponto-chave na discussão, na tônica da violência contra a mulher, porque se não você pode até propiciar... Eu acho que, de fato, a questão do alcoolismo e da droga tem que ser resolvida, tanto que é um problema de saúde pública. É isso que gostaria de colocar para todos nós refletirmos sobre isso.

Quero dizer que eu gostei muito da fala da Deputada Verinha Araújo, que vale para mim, vale para todas nós que aqui estamos, que a questão de 08 de março, a questão das mulheres não pode se resumir somente ao 08 de março. Nós, melhor do que ninguém, sabemos que não é isso, que não fazemos isso, que o 08 de março é quando dá visibilidade ao nosso trabalho, e estamos fazendo a cada dia essa movimentação para que a nossa luta seja reconhecida, para que nossos direitos sejam garantidos.

Concordo com a Vera Bertolini, de unirmos as nossas forças. E lanço uma proposta...

Agora, fiquei muito feliz com a notícia de que a Vera Bertolini será a presidente do Conselho Estadual de Mulheres. Essa foi uma excelente notícia, porque é o momento de nós articularmos as nossas lutas numa grande rede, porque se nós não tivermos essa rede... Vou pegar o exemplo das companheiras e dos companheiros do setor da educação que estão aqui acampados.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Quantos de nós já viemos aqui prestar solidariedade a essas companheiras? Então, fica essa indagação. Nós precisamos unir forças e articular as nossas lutas nessa grande rede. Eu acho que o desafio foi lançado. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra a última inscrita, Sr<sup>a</sup> Regina Moraes, advogada, representando a Associação de Apoio à Pastoral da Criança.

A SR<sup>a</sup> REGINA MORAES - Boa-tarde a todos.

Os meus cumprimentos a todas as mulheres que compõem a Mesa, em nome da Deputada Verinha Araújo eu cumprimento a todos.

Em relação à violência, em relação a todos os assuntos que nós ouvimos nesta plenária, nós teríamos uma infinidade de assuntos, talvez, para abordar, para fazer uma participação. Como o tempo é insuficiente, eu vou tratar de um assunto que eu não sei se já foi abordado anteriormente, que é a violência que nós vemos, enquanto participantes da Pastoral da Criança, do Conselho e da Associação de Apoio, na questão da mulher gestante.

Nós não temos, por exemplo, dentro da saúde pública e da saúde do Estado, um trabalho especializado para atender mães gestantes. Eu não tenho dados estatísticos sobre o índice de mortalidade, por exemplo, das mulheres que perecem por falta de atendimento. Eu não tenho esses dados em mãos hoje, mas eu sei que há um número grande de óbitos por falta de atendimento. Cuiabá, por exemplo, atende a Mato Grosso todo. Nós temos um pronto-socorro, por exemplo, que atende a Mato Grosso todo.

E tenho uma preocupação grande, porque nós vimos enfrentando isso, a Pastoral da Criança trabalha desde o processo de mãe gestante, aleitamento materno, mães adolescentes, há muitas adolescentes, há um índice grande de mães adolescentes que padecem, que vão a óbito. Eu não estou fazendo uma pergunta, mas estou explanando esse problema para que isso seja discutido em nível de Estado.

E uma sugestão que eu levei até a Pastoral da Criança, e eles me incumbiram de correr atrás, apesar de que sozinha, com um grupo, não consegui levar avante, é destinar um local para atendimento dessa especialidade.

Inclusive, hoje nós temos vários hospitais fechando na cidade, o que é uma pena. E eu até comentei com a Deputada Verinha Araújo, nós temos no centro da cidade o Hospital Modelo, que já tinha uma tradição, foram 30 anos trabalhando em prol da comunidade. Hoje, com 07 leitos de UTI fechados e com 30 leitos para atender a população, e não pode fazê-lo por problemas administrativos, por uma série de problemas, que podem ser elencados, mas é preciso tentar uma solução para que se ofereça e se dê esse espaço. A Pastoral, no caso, teria...

Hoje eu conversei com o presidente da AMAPAC, que é o Jonel, e ele me disse: "Vá e fale em meu nome". Ele disse que a Pastoral abraçaria, com certeza, essa causa. Não podemos, logicamente, manter um hospital ou tentar reativá-lo. Há várias maneiras, e nós já temos algumas idéias, mas, é claro, nós precisaríamos do apoio do Estado, do apoio de um programa, de um projeto, do Estado para que ele pudesse, realmente, vigorar.

Agora, é um problema sério. Há mães gestantes que precisam de atendimento imediato, mães que vêm em situação precaríssima do interior. E assim como o Hospital Modelo, há outras unidades que poderiam ser restabelecidas. Há essa possibilidade. Eu acho que falta um pouco de vontade política, um pouco de dinheiro, que não vá somente para os mega empresários, mas que também atenda aos médios empresários. Principalmente na saúde nós precisamos desses fundos de apoio financeiro, de apoio da sociedade, dos políticos, porque o problema é muito delicado e muito sério. É uma violência que as mulheres também sofrem neste Estado. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Antes de fazer as considerações finais, eu vou passar um recado: a Conferência Estadual das Mulheres de Mato Grosso ocorrerá nos dias 27, 28 e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

29 de maio. Também será realizado, nos dias 11 e 12 de março, no Centro Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso, o Seminário Estadual de Políticas Públicas para a Juventude, com os objetivos de conceituar o que é ser jovem, diagnosticar os principais problemas e anseios da juventude, acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude e elaborar proposta para o Plano Nacional de Juventude.

Eu passarei a palavra para a Valdete, que ficou encarregada de responder aos questionamentos feitos ao Dr. Vítor, com relação à saúde. E ela também tem um questionamento a fazer.

A SR<sup>a</sup> VALDETE - Boa-tarde a todos e a todas da Mesa e da plenária.

Inicialmente, a minha colocação é sobre o que a Madalena e a Vera Bertolini apontaram, a questão de uma política estadual de saúde. Eu tenho a dizer que existe uma política estadual de saúde muito boa. Eu quero relatar, inclusive, que o Sistema Único de Saúde foi criado recentemente, há quinze anos, é um adolescente dentro da história da saúde pública no Brasil.

Quando eu me formei, há 21 anos, o sistema que vigorava era o antigo sistema previdenciário, onde só havia suporte médico-hospitalar para quem tinha vínculo de trabalho. Hoje, nós temos a universalização da assistência à saúde. Algumas coisas acontecem exatamente por quê? Pela falta de conhecimento e de controle social.

Nos temos as instâncias legais e políticas para discussão dos problemas de saúde que afligem os municípios, e lá é o espaço de negociação com a representação de usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde.

Então, quando foi apontada a ausência ou fragilidade da política de planejamento familiar, eu quero apontar para os senhores Legisladores que existe, sim, a lei do planejamento familiar, que foi publicada em 1996, que é a Lei nº 9.142, com duas resoluções ministeriais, que são a 048 e a 144, que define as diretrizes para a anticoncepção e a concepção. Nós mulheres precisamos estar atentas a essas leis. Elas estão aí. O que falta é a cobrança da sociedade para fazer com que elas se efetivem.

Eu lia nos livros sobre política de planejamento familiar que ora ela era estimulada, ora era retraída, e eu não entendia por quê. Mas eu vivenciei isso na Secretaria de Estado de Saúde, quando o Ministério da Saúde chamou todos os coordenadores estaduais da saúde da mulher em Brasília e apontou: o Ministério da Saúde fornecerá insumos para o planejamento familiar, com capacidade para atender 90% das nossas usuárias; e o restante, em contrapartida, do Estado e dos municípios.

Em um ano nós recebemos duas remessas. Fomos chamadas a Brasília para a discussão da Política Nacional de Saúde Pública, porque, nesse meio tempo, foi feita uma auditoria em dez Estados, incluindo Mato Grosso, e os auditores constataram, entre aspas, que: “não havia local adequado para armazenamento dos insumos, que não tinha farmacêutico lotado na unidade de dispensação, seja a nível central ou local”. E eles recolheram. Não pararam de encaminhar insumos. Eu questioneei isso em Brasília na reunião técnica. E os outros medicamentos que também exigem a presença de farmacêuticos e sistema de refrigeração? Ainda estão disponíveis.

Então, entendi que há momentos em que essa política é excitada e há momentos em que é retraída. Mas, hoje, nós temos uma política: os insumos são encaminhados diretamente para os municípios sem passar pelo Estado, e há a contrapartida do Estado e dos municípios. Porém, muitos municípios não estão cumprindo. Então, o que o Ministério e a Secretaria de Estado encaminham não são suficientes para atender a demanda, porque o Sistema Único de Saúde se faz de forma compartilhada entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Quando a colega aqui apresentou seu problema, entendo a angústia que ela vem vivendo. E vou falar que qualquer um que se sentir lesado pelo Sistema Único de Saúde pode

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

dirigir-se à Ouvidoria do Estado, à Ouvidoria do município e falar. Eu não tenho detalhes do seu problema, se foi feita uma biópsia, se foi negativa para neoplasia maligna, mas eu posso falar que há situações em que o tratamento é medicamentoso para reduzir o nódulo. Se é uma cirurgia eletiva, exige realmente passar pela regulação...

(A ASSISTENTE CITADA FALA FORA DO MICROFONE - INALDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> VALDETE MARQUES - É uma cirurgia eletiva, não é uma cirurgia de urgência.

Quero falar para a senhora, também, que o nódulo, quando é constatado, não é maligno, ele não se torna maligno. O que tem que ser maligno já nasce maligno.

Então, a senhora pode acalmar-se. A senhora tem todo o direito de se manifestar na Ouvidoria do SUS, e vamos estar levando seu problema também para o Secretário Estadual de Saúde.

Ressalto que assistência à saúde é responsabilidade dos municípios. A Secretaria de Estado de Saúde presta cooperação técnica, supervisão e capacitação. E eu sou testemunha do quanto o Estado tem investido na capacitação de recursos humanos. O que tem faltado é uma avaliação do desempenho dos servidores. E isso é uma falha, realmente.

Então, quem pode diretamente fazer a supervisão são os usuários. Era isso o que eu gostaria de falar. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Um minuto para a Sr<sup>a</sup> Regina.

A SR<sup>a</sup> REGINA - A senhora vai me perdoar, mas eu me considero até um pouquinho instruída nos meus direitos e deveres. E eu sei os dois. Há dois anos, eu luto pelos dois.

Agora, há cinco meses que eu não agüento trabalhar. Eu puxo um carrinho de panelão, senhora, de cem a cento e cinquenta quilos/dia, viagem, às vezes dá até quinhentos quilos no dia, e há cinco meses eu não trabalho. O que está acontecendo? Eu estou passando fome. Isso é responsabilidade minha ou do Estado?

Segundo, eu preciso simplesmente de uma cirurgia. Vou ficar noventa dias e eu vou voltar a trabalhar.

(ALGUÉM FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> REGINA - Então, isso aí eu escuto sempre. E eu entendo, mas eu não resolvo. Eu entendo, e não resolvo. Eu tenho toda a documentação, toda, a que a senhora pedir do primeiro dia do tratamento até hoje. Agora, foram gastos comigo R\$1.890,00 em exames que não valem mais nada. Por que não foi feita a cirurgia? Este questionamento eu queria fazer à pessoa que estava ali.

E tem outra, foi feito um decreto em outubro, uma portaria pelo Governador e baixada às casas de apoio desta cidade, onde tem pessoas nos confins de Mato Grosso, onde hoje não se passa um carro, com problema de oncologia. Estão fazendo-nas retornarem para as suas cidades sem o tratamento de quimioterapia e radioterapia. Estão matando o povo de Mato Grosso. Isso é culpa da saúde, desculpem-me (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Vamos passar a palavra para a professora Madalena Rodrigues para fazer as suas considerações finais.

A SR<sup>a</sup> MADALENA RODRIGUES - Problema tem demais.

Eu queria pedir inicialmente até um pouco de desculpa pela minha fala, porque me foi passado que eu teria vinte minutos. Até questionei, falei: vinte minutos dentro de uma Assembléia Legislativa, onde nós estamos propondo algumas coisas que acontecem, é tempo demais. Não, são vinte minutos. Quando eu cheguei aqui, cinco minutos, aí, por mais que nós tentemos, a coisa embola um pouco na cabeça.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA**  
**MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Muitas pessoas pegam as críticas que nós fazemos como se fosse a pessoa que está assumindo o cargo, ou que está tentando viabilizar os programas que estão por aí.

O que nós sabemos por aí é que as leis se distanciam muito da prática. Nós temos boas leis garantidas, mas nós não temos boas práticas garantidas.

Então, é isso que nós precisamos colocar, que nós precisamos estar verificando. E isso parte, também, do processo de educação, de informação de toda a população brasileira. Um povo que não se educa, um povo que não tem informação, é um povo fácil de manobra. É essa a questão principal que acontece conosco, mulheres, principalmente quando nós temos uma sociedade patriarcal. Ainda bem que o Deputado Zé Carlos do Pátio está aqui. As questões que ele colocou eu queria estar debatendo, também, porque tem uma questão que passou aí muito mais séria do que todas as outras, que é uma força invisível que nós temos atrás de todas as ações e que torna todos os outros Poderes muito limitados. Neste caso aqui, eu vi limitação no Poder Executivo, eu vi limitação no Poder Judiciário, eu vi limitação no Poder Legislativo e muito mais no povo, que falou que o povo tem o poder. Nós temos poder coisíssima nenhuma! Nós estamos lutando para ver se nós conseguimos alguma coisa!

Então, a Eliete Saffioti está muito coerente naquele livro dela: “O Poder do Macho”, mas tem um poder acima desse que a Eliete Saffioti coloca, que é o poder econômico. Esse poder acaba com todo mundo e nós não sabemos o que fazer com ele, quando uma Casa de Legislação, como a nossa, que é a Assembléia Legislativa, faz colocações como as que o Deputado colocou. O que nós podemos esperar, nós, povo mato-grossense, nós, mulheres mato-grossenses, se já no século XIX a Flora Tristan colocou que o homem, por mais explorado que ele seja na sociedade, quando chega em sua casa, ele explora muito mais um outro ser, que é a sua mulher? E ela colocou com muita propriedade: a mulher é a proletária mesmo do proletariado.

Gente, a nossa situação, na verdade, é violenta e, é essa a questão que nos dói. As diferenças de classes sociais - agora não sei nem se ainda tem classes neste país... Tem uma, lá em cima, e o resto está tudo aqui comungando as desgraças que estão colocadas por aí. Mas, dentro de tudo isso, perpassam as desigualdades de gênero. A mulher pode ser rica, a mulher pode ser pobre, a mulher pode ser miserável. A subordinação da mulher, a opressão da mulher, a discriminação, perpassa tudo isso aí. E, como bem falou a companheira, o que nos falta realmente é solidariedade. É a grande questão. Por que? Porque essa bendita sociedade patriarcal machista ainda colocou na nossa cabeça que nós mulheres somos rivais uma da outra. Então, estamos sempre contra porque ela é o elemento que temos que eliminar na conquista do macho gostoso e bom dentro da sociedade. Então, nós temos uma série de coisas aí para estar vencendo na nossa cabeça, tirando da nossa cabeça para construir uma outra questão (PALMAS).

E aí a Silbene veio aqui e realmente colocou muitas questões que eu gostaria de estar aqui colocando. Eu não aceito colocar que a grande maioria das mulheres é mulher 08 de março. 08 de março é o dia em que damos visibilidade à sociedade do que nós fazemos. Eu trabalho, eu faço na universidade, nos bairros populares, nas associações no interior do Estado... Nós trabalhamos, muitas companheiras estão trabalhando em outras instituições, eu até vou à maçonaria hoje à noite. É um espaço que eu não deveria ir, porque é um espaço masculino, mas estou doidinha para entrar lá e falar o que eu acho dessas questões todas.

Agora, uma questão muito grande é a questão do poder de decisão que quem realmente está dentro dessa nossa sociedade capitalista, patriarcal. Há outra questão que a Silbene colocou muito bem. Aproveito a presença do Juiz, antes de ele sair, para dizer que é muito fácil colocar a violência contra a mulher para o bêbado, para o desempregado. Se fosse assim todo mundo beberia e andaria batendo, todo mundo desempregado andaria matando. Então, é o poder macho mesmo, porque o homem quando entende que a sociedade é composta de homens e mulheres e que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

nós temos que caminhar juntos, que um mundo diferente é possível, formado por homens e mulheres, acabando com essas diferenças de gênero, buscando o equilíbrio da sociedade, a coisa muda. Mas se eu acho que uma pessoa é minha, que eu posso fazer dela o que quiser, não preciso beber nada para matá-la. Eu faço, ainda mais em uma sociedade cujo Judiciário é moroso. Até encontrar aquele assassino, ele já matou em outro lugar, já casou de novo, já tem outra família, já matou de novo, e vai fazendo a sua via sacra pelo País afora.

Outra coisa que eu queria colocar aqui é a questão da doméstica. A doméstica, algumas mulheres colocam que é um mal necessário. Numa sociedade capitalista, e foi colocado aqui que as mulheres analfabetas são em maior número, têm menos estudos e uma série de coisa, doméstica não é um mal necessário, é apenas uma mulher que realiza seus serviço invisível dentro de sua casa e realiza outro serviço muito desqualificado que é de empregada doméstica. Se você como dona de casa a sociedade não reconhece, vai reconhecer empregada doméstica como? Nós temos que reconhecer a empregada doméstica como uma cidadã que desempenha, que vende a sua força de trabalho que tem que receber um salário, por isso e para isso ela também tem direitos e deveres a cumprir. Não é aquela pessoa em quem a gente manda o tempo inteiro.

A Benedita da Silva apresentou um projeto de lei e há leis que garantem a profissão empregada doméstica. Nós não podemos tratar as pessoas como se fossem objetos de manipulação. Ela é doméstica, ela trabalha, ela é cidadã, ela merece todo respeito. Quando as pessoas perceberem isso e falarem: eu quero meu respeito enquanto trabalhadora, e a doméstica também tem, essas relações todas mudarão. O que realmente está faltando é o equilíbrio em todas essas relações, a exploração da mulher que é feita pelo homem, da mulher que é feita por outra mulher, da mulher sobre as crianças...

Nós temos que pensar que um mundo diferente é possível, se as nossas cabeças funcionarem diferente também, e é por aí que nós temos que ir. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, para as considerações finais, a Sr<sup>a</sup> Tereza Rios.

A SR<sup>a</sup> TEREZA RIOS - Depois de uma aula da professora - isso é uma aula - nós mulheres que estamos aqui temos que levantar mais alto a nossa bandeira, principalmente por essas mulheres que são violentadas e pelas companheiras que sabem dessa situação, essas companheiras que estão nos locais distantes de Cuiabá. Nós tivemos a oportunidade de ouvir uma companheira de Novo Horizonte falar.

Se aqui pertinho nós estamos nessa situação, vocês imaginem mais longe! Então, vamos levantar todas as nossas bandeiras, como a Vera falou e como a Madalena falou, somente nós mulheres, fortalecidas dentro do nosso movimento, seja militante, seja no movimento sindical, seja nas pastorais, vamos conseguir vencer e fazer acontecer. Hoje, eu tenho companheiras aqui que não almoçaram, que estavam com o Governador esperando a boa vontade dele para serem recebidas por ele. Não é para chorar, é para levantar as bandeiras e fazer a marcha dessas margaridas. Vamos juntas fazer a marcha das mulheres urbanas e rurais deste Estado de Mato Grosso, que nós precisamos reconhecer isso.

Muito obrigada, Deputado. Obrigada a todos vocês (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Passo a palavra à Dr<sup>a</sup> Sílvia Virgínia.

A SR<sup>a</sup> SÍLVIA VIRGÍNIA - Eu só queria esclarecer um fato. Quando se fala em alcoolismo e droga, que é a maioria das pessoas que nós atendemos na delegacia, e mesmo o Dr. Mário atende no Juizado, nós perguntamos se a pessoa bebe e quando ele responde, às vezes, 80% das agressões dentro do lar são por causa do alcoolismo. Então, o que nos leva, tanto nós quanto o Dr. Mário, a falar em drogas e álcool é que a clientela nossa fala muito sobre isso.

Eu gostaria de ler uma poesia sobre o que é a violência, eu não sei quem é o autor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA  
MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

“Hoje recebi flores

MAIO

Hoje recebi flores!

Não é o meu aniversário

Ou nenhum outro dia especial;

Tivemos a nossa primeira discussão ontem à noite ele me disse

Muitas coisas cruéis que me ofenderam de verdade.

Mas sei que está arrependido e não as disse a sério, porque ele me enviou flores

hoje.

Não é o nosso aniversário ou nenhum outro dia especial.

JUNHO

Ontem ele atirou-me contra a parede e começou a asfixiar-me.

Parecia um pesadelo, mas dos pesadelos nós acordamos e descobrimos que não é

real.

Hoje acordei cheia de dores e com golpes em todos os lados.

Mas eu sei que está arrependido porque ele me enviou flores hoje.

E não é dia dos namorados ou nenhum outro dia especial.

JULHO

Ontem à noite bateu-me e ameaçou matar-me.

Nem a maquiagem ou as mangas compridas poderiam ocultar os cortes e golpes

que me ocasionou desta vez.

Não pude ir ao emprego hoje porque não queria que se apercebessem.

Mas eu sei que está arrependido porque ele me enviou flores hoje.

E não é dia das mães ou nenhum outro dia.

AGOSTO

Ontem à noite ele voltou a bater-me, mas desta vez foi muito pior.

Se conseguir deixá-lo, o que vou fazer?

Como poderia eu sozinha manter os meus filhos?

O que acontecerá se faltar o dinheiro? Tenho tanto medo dele!

Mas dependo tanto dele que tenho medo de o deixar.

Mas eu sei que está arrependido, porque ele me enviou flores hoje.

SETEMBRO

Hoje é um dia muito especial: É o dia do meu funeral.

Ontem finalmente ele conseguiu matar-me. Bateu-me até eu morrer.

Se ao menos tivesse tido a coragem e a força para o deixar...

Se tivesse pedido ajuda profissional...

Hoje não teria recebido flores!” (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Passo a palavra, para as considerações finais,  
ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero dizer que o debate é saudável.

Eu só quero fazer uma observação quanto ao que disse a Professora Madalena, de que a comunidade não tem poder nenhum. E quero colocar à professora de que a comunidade tem poder, sim. Ela tem poder. E quero dizer que nós, homens públicos, somos eleitos pela sociedade. Agora, a competência de escolher os homens públicos compete à sociedade. Se nós temos homens sérios é porque temos uma sociedade séria; se nós temos homens corruptos é porque também temos uma sociedade que corrompe. Então, eu quero dizer o seguinte: O perfil dos nossos políticos é o da nossa sociedade. Quanto a isso não adianta... E aí volta aquela nossa fala: Muitas vezes, um discurso



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

fácil é bem colocado, mas eu acho que temos que chamar para nós a responsabilidade desse país que temos. Cada um de vocês tem a responsabilidade sobre este país que temos.

Eu quero dizer a Sr<sup>a</sup> Silbene Santana, Vice-Presidente de Assistência Social, que me citou, que eu acho que o problema da violência, da discriminação, é muito mais social do que cultural. Ela quis colocar que o problema é cultural, mas eu acho que é muito mais. Um país que tem educação, um país que tem distribuição de renda, um país onde a sociedade tem uma qualidade de vida melhor, esses tipos de problemas são menores. Basta olhar os índices de países como a Europa, como o de primeiro mundo, onde pode haver índices menores. Eu não acredito que em países onde há uma qualidade de vida melhor essa questão seja na mesma circunstância a que vivemos hoje. Eu acho que a questão social amplia os problemas. Eu vou dar um exemplo muito claro: o alto índice de desemprego no país.

O Brasil, nos últimos anos, eu vi no jornal *Folha de São Paulo* de hoje, está com o maior índice de desemprego. Desde a década de noventa não tínhamos um índice de desemprego tão grande. Nós temos um índice de analfabetismo grande, que foi colocado aqui, de 12%, 13% da nossa população. Nós temos um país que tem a maior concentração de renda no mundo, que é o Brasil, e vocês acham que isso não influencia em todas as circunstâncias que estão aí?

Eu não quero aqui eximir responsabilidade de ninguém. Tem problemas culturais? Tem. Ninguém está querendo aqui dizer que não tem problemas culturais. Tem problemas culturais, sim, das pessoas realmente acharem que é um patrimônio dela aquela outra pessoa. Agora, o problema é muito social também - isso aí não podemos negar.

Eu quero dizer que o debate é importante, foi válido e está sendo muito enriquecedor para mim. Aprendi muito. A nossa Auditora do Trabalho, inclusive... O Miranda, do PC do B, fez uma reunião comigo e com outros Deputados, querem fazer uma Audiência Pública para discutir essa questão do trabalho escravo aqui. Eu fico tão feliz que esse tema está sendo discutido. Então, é uma coisa que está nos enriquecendo muito.

E quero colocar que, se o problema é cultural, eu gostei da fala da nossa Auditora. Nós mesmos construímos isso dentro da própria escola. Nós mesmos construímos isso dentro da própria casa em que vivemos, quando ela colocou que, muitas vezes - não sei se foi ela - a filha tem que fazer a tarefa da casa e o filho não, ele pode jogar bola. Então, a própria família vai construindo isso daí.

Por exemplo, eu faço uma pergunta para mim... Eu quero colocar essa responsabilidade em nós mesmos, em nós todos sobre tudo isso daí. A minha esposa é professora do Estado, estamos discutindo um tema preponderante, que é a questão salarial da categoria. Realmente, o salário é achatado, baixo. Então, eu pergunto a mim mesmo: O que nós, como professores, estamos fazendo para criar uma consciência crítica no cidadão cada vez maior para que possamos ter um dia toda sociedade do nosso lado, defendendo esse direito básico nosso que é um salário digno e qualidade de educação? O que eu quero colocar quando coloco esse debate também?

Hoje, um servidor da área instrumental, que é um Geógrafo, um Matemático, ganha mil e seiscentos iniciais no Estado, enquanto que o professor tem um salário de setecentos, oitocentos reais.

Puxa vida! Se nós professores somos maioria neste Estado, se nós temos um instrumento que é conscientizar a sociedade, um instrumento de luta do próprio trabalhador, que é a consciência da sociedade, o que nós podemos fazer para ampliar esse debate com a sociedade e poder, inclusive, ter apoio?

Então, eu quero aqui colocar que estou solidário com todas essas lutas, sou um Deputado que procura honrar meu voto, todas as posturas éticas e de interesse público que têm aqui na Assembléia Legislativa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Mas eu quero, neste final, pedir e chamar a responsabilidade das minorias, dos movimentos populares para nos ajudar, porque eu não sou nada sem o trabalhador.

Eu darei um exemplo claro. Quando eu vou ao INCRA reivindicar questões da reforma agrária, muitas vezes sou muito mal recebido, mas quando os movimentos populares estão organizados na porta do INCRA e me chamam para ir lá com eles, sou muito mais ouvido.

Então, quero aqui colocar aos senhores que é preponderante no dia-a-dia da vida pública a presença da sociedade, dos movimentos organizados e do trabalhador conosco.

Os senhores não podem eleger o político e deixá-lo quatro anos achando que ele irá resolver o problema da sociedade. Os senhores têm que elegê-lo e acompanhar sua vida pública, pelo menos é o que eu pretendo com meu eleitor, que ele acompanhe a minha vida pública e que me diga como eu devo conduzir minha vida pública nos quatro anos. Então, eu quero também distribuir um pouco essa responsabilidade por todos nós aqui para que realmente haja mais justiça das minorias, dos excluídos e também mais justiça na questão das lutas organizadas. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Encerrando a audiência, quero agradecer os funcionários da Casa, que ficaram além do horário e dizer ao Dr. Francisco Monteiro, que vem relutando com as audiências públicas, porque no ano passado, nos anos anteriores, houve um excesso de audiência pública aqui sem muitos resultados práticos e ele nos cobrou terrivelmente para que esta possa ter um resultado prático.

Nós já tivemos um primeiro resultado prático, que foi a participação expressiva, lotando o auditório, o debate foi bom, caloroso e com a participação de muitas pessoas.

Quero dizer à professora Madalena que o tempo ficou menor devido à quantidade de pessoas que palestrariam, inclusive seria melhor nas audiências um número menor de palestrantes para ter um tempo maior.

Foram levantadas aqui algumas questões, como a questão da Delegacia da Mulher no interior, levantada pela companheira de Novo Horizonte do Norte, também sobre a melhoria do atendimento na Delegacia da Mulher, e todos nós sabemos que a Delegada aqui tem feito um bom trabalho, juntamente com a outra Delegada, mas eu gostaria de dizer que nós aqui na Assembléia Legislativa - o Deputado Zé Carlos do Pátio está aqui do lado - com certeza o Deputado Riva irá dar o encaminhamento necessário para isso, a Deputada Verinha Araújo também compartilhara conosco, para que todas essas reivindicações, para melhoria da Delegacia das Mulheres, parta da reivindicação da Delegada ou da comunidade, e estaremos trabalhando para que de fato isso possa melhorar.

A questão da saúde da mulher, que foi colocada aqui, que a companheira lá de Rondonópolis, a Márcia, colocou, são situações que de fato nós precisamos melhorar. A delegada sozinha talvez não consiga ter todos os instrumentos necessários para desenvolver uma boa política de atendimento à população, e a sociedade sem estar bem articulada também não consegue exercer pressão ou não tem força suficiente para fazer as coisas acontecerem.

O fato é que tem que haver organização. Eu acho que o Governo Lula deu um passo importante criando a Secretaria Especial de Política das Mulheres. Aqui no Estado, os movimentos das mulheres estão cada vez mais organizados. E eu digo sempre que as leis não funcionam sozinhas. Se não houver organização, se não existir pressão, se não existir esforço de toda a população, de toda a sociedade organizada, as coisas não acontecem mesmo, porque os recursos são escassos e o dinheiro vai para onde há mais organização, onde há mais pressão e mais necessidade de atendimento.

Quem questiona a importância da mamografia para evitar um câncer de mama ou mesmo detectado inicialmente, quando tem cura? Ninguém é contra. Nunca vi ninguém falar isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Porém, nós temos dificuldades de fazer a mamografia no Estado todo. Nós temos algumas coisas básicas, fundamentais para serem resolvidas, mas que não estão acontecendo. Por que não estão acontecendo? Porque está na lei, mas é difícil... Então, nós temos que trabalhar organizados, com a sociedade organizada, e nós, Deputado Zé Carlos do Pátio, para que nós possamos fazer com que essas questões básicas possam valer de fato, porque faz quanto tempo que se está falando de mamografia, cinco, dez anos? E até hoje... Melhorou um pouco, mas não avançou tanto.

A questão da delegacia melhorou agora. Até a delegada falou que conseguiu equipamentos novos, mas nós temos que ampliar mais esses espaços, para que a mulher possa ter tranquilidade de fazer seus depoimentos e não se arrepender depois, que ela possa ser bem tratada, ter uma equipe multiprofissional para fazer esse atendimento.

Enfim, nós temos uma série de questões que nós temos plenas condições e obrigação de encaminhar, via Assembléia Legislativa, mas precisamos do apoio dos movimentos organizados e das entidades que estão diretamente ligadas à questão da mulher, para que nós possamos dar continuidade.

Também quero dizer a todos vocês que estamos à disposição e que vamos encaminhar, de fato, essas questões levantadas aqui. Vamos produzir um relatório final. A Taquigrafia já registrou todas as falas, e nós teremos esse relatório final. Vamos fazer o acompanhamento para que, de fato, essas ações possam acontecer aqui no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado a todos.

Em nome da Assembléia Legislativa, agradecemos a presença de todos (PALMAS).

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Isabel Luíza Lopes.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques da Silva;
- Ana Lúcia Bigio.